

# em MOVIMENTO

Pelos caminhos do mundo,  para o caminho de Abril

Jornal da responsabilidade do PCP/Emigração

Distribuição gratuita  
N.º 1 - Junho 2005



## Faleceu Álvaro Cunhal

Álvaro Cunhal dedicou toda a sua vida ao ideal e projecto comunista, à causa da classe operária e dos trabalhadores, da solidariedade internacionalista, a um compromisso e dedicação sem limites aos interesses dos trabalhadores e do povo português, da soberania e independência de Portugal.

Intervindo com o seu Partido de sempre – o PCP –, assumiu um papel ímpar na história portuguesa do Século XX, na resistência anti-fascista, pela liberdade e a democracia, nas transformações revolucionárias de Abril e em sua defesa, por uma sociedade livre da exploração e da opressão, a sociedade socialista.

Sujeito às maiores provações, a mais de doze anos de prisão, a bárbaras torturas, às duras condições da vida clandestina, revelou sempre as suas qualidades excepcionais de militante e ser humano.

Os trabalhadores e o povo português perdem um dos seus mais consequentes e abnegados lutadores, mas o seu exemplo de convicção e combatividade constituem um apelo à redobrada intervenção dos comunistas e de todos aqueles que têm como objectivo a transformação progressista da sociedade.

A melhor homenagem que podemos prestar a Álvaro Cunhal é prosseguir a luta que travou até aos últimos dias de vida, sempre com confiança no futuro, pelos interesses e direitos dos trabalhadores, por uma sociedade de liberdade e democracia, pelo bem do nosso povo e da nossa pátria, pelo seu partido como partido da classe operária, dos trabalhadores, de todos os explorados e ofendidos, por uma sociedade socialista.

Tais princípios foram na hora da despedida física de Álvaro Cunhal reiterados por uma enorme multidão de pessoas, mais de 250.000, o que tornou tal efeméride no maior funeral de que há memória, na nossa história contemporânea. Embora nem todos os presentes fossem militantes do PCP a verdade é que a combatividade das pessoas e as respectivas palavras de ordem, no decurso da passagem do carro fúnebre, estavam em perfeita sintonia ideológica com o ideal de Álvaro Cunhal o que comprova que a morte de um revolucionário não neutraliza os objectivos políticos, económicos, sociais e culturais do colectivo a que pertencia, ou seja: a abolição da exploração do homem pelo homem. Têm, pois, toda a razão aqueles que no funeral exclamavam: "Agora e sempre, Cunhal está presente".

## Temos de estar vigilantes

Afirmou Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, na Festa Convívio promovida pela organização do PCP na Suíça. Intervenção do dirigente comunista, assim como, um conjunto diversificado de informações relacionadas com a emigração na Suíça, nas páginas centrais.



## Migrações Uma realidade de sempre

Emigração e imigração, os dois lados da mesma moeda

Página 3



## Audição parlamentar

Resultante do compromisso assumido pelo PCP durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP leva a efeito, dia 28 de Junho, uma Audição subordinada ao tema: "Serviços externos do Estado Português. Ao serviço de Portugal e dos Portugueses".

## COM O PCP RESISTIR E LUTAR!

A 20 de Fevereiro, nas eleições legislativas antecipadas, o Povo português, infringindo uma pesada derrota aos partidos que constituíam a coligação governativa PSD/PP, expressou uma vontade inequívoca de mudança na política seguida há 28 anos pelos sucessivos governos.

O voto da maioria dos portugueses, tal como o PCP o interpreta, correspondeu ao desejo de ruptura com a política de direita e de que fosse encetada uma política alternativa capaz de promover o progresso, a justiça social e o desenvolvimento de Portugal.

Após uma campanha eleitoral repleta de promessas, depressa elas foram esquecidas e as expectativas dos portugueses começam a gorar-se.

A "dramática" e mediática "encenação" em torno do défice das contas públicas deu cobertura a uma demagógica campanha, promovida pelo Governo, para justificar a tese de que para ultrapassar a crise são necessários mais sacrifícios, mas como sempre para os mesmos: trabalhadores, reformados, pequenos e médios empresários, população mais desfavorecida.

O actual Governo do PS dispôs-se, assim, a aplicar a repetição das receitas e soluções neoliberais dos governos de António Guterres, Durão Barroso e Santana Lopes, persistindo na continuidade da política de direita, que é a causa da crise e do agravamento da situação económica e da degradação das finanças públicas.

O aumento dos impostos indirectos (IVA, imposto sobre os combustíveis e o tabaco) que atinge de forma indiferenciada ricos e pobres e o ataque aos direitos dos trabalhadores da Administração Pública, que abrirá portas e servirá de justificação a novos ataques a direitos e salários de todos os outros trabalhadores, são para o PCP medidas politicamente inaceitáveis, socialmente injustas e economicamente desastrosas, com consequências inevitáveis em mais falências e encerramento de empresas, mais desemprego, menos receitas fiscais, mais défice, mais dívida pública.

### Há outro caminho!

Como o PCP tem afirmado não é possível resolver os problemas nacionais persistindo nas mesmas políticas que têm beneficiado o grande capital financeiro e os grandes grupos económicos, cujos lucros crescem exponencialmente, sem que haja qualquer contributo para o desenvolvimento da economia, para a criação de emprego e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Por isso dizemos que estas medidas não são inevitáveis e que há outro caminho para ultrapassar os problemas que o país atravessa e que os governos e políticas de direita têm criado e alimentado, promovendo a crescimento económico que passa pela valorização da produção e do aparelho produtivo nacional, por uma intervenção decidida na arrecadação de receitas (reforçando o combate à fraude e evasões fiscais, tributando as mais-valias das SGPS, acabando com os expedientes e as benesses sobre as empresas e grupos financeiros, restringindo os privilégios concedidos às zonas francas (off-shores) e outros paraísos fiscais, tributando as operações de venda de títulos em Bolsa ou fora dela) e no combate a despesas não essenciais, desnecessárias e injustificáveis.

O PCP, considerando que este caminho não é inevitável, apela aos trabalhadores e às populações para que com o PCP resistam e lutem contra esta nova e grave ofensiva em curso contra os seus direitos e interesses, por uma nova política para Construir um Portugal com Futuro.

### As Comunidades Portuguesas merecem mais e melhor!

No que concerne às Comunidades Portuguesas acentuam-se as preocupações já manifestadas aquando a apresentação do programa de governo que, de tão genérico quanto à política para os emigrantes, indicava a continuação de uma situação de desresponsabilização e desinvestimento, no seguimento de práticas governativas anteriores.

E a verdade é que passados estes três meses, o Governo do PS não implementou quaisquer medidas concretas para resolver os muitos problemas que atingem a nossa diáspora.

A acção governativa, protagonizada pelo Secretário de Estado António Braga, tem-se quedado, na prática, tal como no passado, a um conjunto de declarações de boas intenções.

O PCP, como sempre, vai continuar a intervir e avançará com propostas relacionadas, nomeadamente com: a defesa e promoção da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro; a reestruturação e modernização da rede consular; a actualização salarial dos trabalhadores consulares; o apoio efectivo à organização dos jovens luso-descendentes; o apoio ao movimento associativo; a dignificação do Conselho das Comunidades Portuguesas; a situação dos ex-militares.

O PCP reafirma a sua determinação em continuar a luta por uma verdadeira política ao serviço de Portugal e dos portugueses dentro e fora do País.

Manuela Pinto Ângelo  
Secretariado do CC do PCP



## SOBRE A II GUERRA MUNDIAL

Decorreram 60 anos sobre o fim da mais terrível guerra de todos os tempos: 50 milhões de mortos, muitos milhões de homens em armas, numerosos países envolvidos, destruições incalculáveis na economia mundial, nas riquezas naturais e no património cultural, acumulado ao longo de séculos. O que foi o III Reich alemão, quem deu origem ao monstruoso Hitler, quem o faz renascer ainda hoje, qual foi a colaboração de Salazar com o nazi-fascismo – são questões a que o livro "Para que nunca mais aconteça fascismo", das Edições Avante!, dá resposta. Profusamente ilustrado o livro fala-nos, sobre a forma como surgiu e se desenvolveu um processo que culminou numa guerra devastadora, que tendo terminado a 8 de Maio de 1945 com a rendição da Alemanha, não impediu que os Estados Unidos "experimentassem" o efeito das suas bombas atómicas sobre a população japonesa: uma a 6 de Agosto sobre a cidade de Hiroshima, outra a 9 de Agosto sobre Nagasaki. Terminava a guerra, iniciava-se o terror do poder atómico. Hoje, de novo, as forças do fascismo levantam a cabeça. Novos focos de guerra, choques económicos, graves crises sociais e políticas abalam a Europa, os Estados Unidos e o Mundo. Desenvolvem-se grandes operações de falsificação da História e de branqueamento do fascismo. É necessário que os que não sabem, conheçam. Os que já se esqueceram, se lembrem. Para que nunca mais aconteça!

Edições Avante! – preço 5 €

Quem estiver interessado em obter mais informações sobre este tema pode também consultar o dossier existente no site do PCP: [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt).

O PCP tem também disponível uma exposição composta de 6 painéis (50x70) que pode ser cedida. \*

## RÁDIO na Internet

**www.COMUNIC.pcp.pt**  
rádio do PCP na internet

O PCP tem uma rádio na internet que emite desde o dia 21 de Abril deste ano. Este projecto, de nome COMUNIC, vai para o ar todas as quintas-feiras, entre as 15 e as 18 horas (hora de Lisboa). Para ouvir basta aceder ao endereço [www.comunic.pcp.pt](http://www.comunic.pcp.pt).

É um espaço com emissões muito diversificadas onde não falta um fórum onde os ouvintes podem participar por telefone (351 21 781 3824) ou mail ([comunic@pcp.pt](mailto:comunic@pcp.pt)), colocando opiniões e questões. Há também um espaço sobre migrações que vai para o ar quinzenalmente. \*

### Em Movimento

#### FICHA TÉCNICA

Propriedade, Administração e Edição  
DOE - Direcção da Organização na Emigração do PCP  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Telefone: (351) 21 781 38 00  
Fax: (351) 21 781 38 32  
e-mail: [emigracao@pcp.pt](mailto:emigracao@pcp.pt)

#### Director

João Armando

#### Colaboraram neste número

Adelino Rodrigues  
Anselmo Dias  
José Cavaco

Luciano Caetano da Rosa  
Manuel Beja  
Manuela Pinto Ângelo  
Mário Ribeiro  
Rogério Feitor  
Rui Fernandes  
Rui Paz

Impressão: Grafisa,  
R. José Gomes Ferreira, 16  
Vale Mourão - 2735-604 Cacém

Periodicidade: Quadrimestral  
Tiragem: 3.000 exemplares  
N.º de registo I.C.S.: 00000  
I.S.B.N.: 000000  
N.º de contribuinte: 500940673  
Depósito legal: 000000000 \*

# Migrações uma realidade de sempre



**T**em-se assistido, nas últimas semanas, a notícias várias relacionadas com a imigração e os imigrantes.

Se nuns casos se trata de notícias meramente informativas da realidade imigrante no nosso país, noutros casos as notícias aparecem associadas à insegurança.

A simplicidade, quando não levandade, com que alguns associam imigração a insegurança é tanta, que quase começa a ser normal associar mulher brasileira a prostituição, africanos a assaltos e assassinatos e imigrantes de Leste a máfias. Ora, a realidade está não só longe de ser assim, como este tipo de tratamento de uma matéria tão complexa só contribui para impulsionar climas de xenofobia e racismo e, consequentemente, caldos de cultura favoráveis a mais insegurança.

Uma tendência que quase sempre surge na argumentação contra os imigrantes é a de que eles retiraram postos de trabalho aos nacionais. Ora, todos os estudos demonstram o contrário. Em regra, executam trabalhos que os nacionais não pretendem desenvolver e, no caso português, os dados

cimentos negativos envolvendo estas comunidades imigrantes, mas é preciso que se diga que a maior parte dos crimes é cometida por portugueses e por brancos.

Reafirmar que o fenómeno migratório é hoje uma realidade instalada no nosso país é desnecessário. Mas é necessário tomarmos consciência de que, quantas mais medidas restritivas vão sendo adoptadas ao nível da União Europeia, mais vão engrossando as fileiras dos clandestinos. Este dado inquestionável, confirma aquilo que temos vindo a dizer ao longo dos anos: não é com quotas, ou olhando como inimigos os países e os povos do espaço não Schengen que se constrói uma política de imigração inclusiva, assim como não é com leis absurdas que se constrói uma política de imigração credível (1).

Falar de migrantes, não é só falar de estrangeiros radicados em Portugal, pois há muitos portugueses que vivem e trabalham fora do país.

Com efeito, ao contrário do que alguns pensam, todos os anos, milhares de portugueses emigram à procura das condições que não encontram em Portugal. Nalguns casos, procuram somente o direito a terem um trabalho. Importa ter em conta que o desemprego em Portugal duplicou nos últimos 4 anos, situando-se na

ordem dos 500 mil desempregados. E, se é verdade que as características da emigração hoje são diferentes das de outrora - hoje impera muito o trabalho sazonal e temporário -, são bem conhecidas, por más razões, as condições infra-humanas a que milhares de

portugueses são sujeitos. Notícias várias, dão-nos relatos de situações inimagináveis e dão-nos também conta, da constante prática delituosa de empresas de contratação de mão-de-obra, sem que se veja uma única acção eficaz dos sucessivos Governos contra estes crimes.

Estas situações, estas notícias, que a todos chocam quando se trata de portugueses noutros países, mesmo países da União Europeia, também têm de chocar quando se trata de estrangeiros no nosso país. É por isso que o PCP tem afirmado desde sempre que, tendo Portugal uma tão vasta comunidade espalhada pelo Mundo, tem de ter essa experiência em conta quando se trata de adoptar políticas de imigração.

Mas a realidade da emigração portuguesa é mais diversificada e inclui também comunidades com as vidas já estabilizadas nos diferentes países de acolhimento.

Para esta esmagadora maioria de portugueses são necessárias políticas eficazes ao nível do ensino da língua portuguesa, da rede consular e do apoio social porque, é bom que se diga, existem emigrantes em situações económicas difíceis.

O programa do Governo PS de Sócrates é, sobre esta matéria das migrações, muito dúbio nalguns casos e preocupante noutros. Com efeito, colocar como objectivo a criação de programas de inserção para quadros qualificados é não ter uma visão global e cheira a discriminação; o objectivo de reconhecimento de "um estatuto de cidadania a quem se encontre integrado na sociedade" o que quer dizer? Estar desempregado é estar integrado? E que dizer da criação de mecanismos de protecção social para imigrantes que tenham perdido o seu emprego? Então os direitos não devem ser iguais aos dos trabalhadores portugueses?

Uma das frustrações assumidas por António Vitorino, enquanto Comissário Europeu, foi a de não ter conseguido uma política comum de imigração. É curioso. Há 13 anos que existe uma **Resolução da ONU sobre trabalhadores migrantes e suas famílias** que consagra um vasto conjunto de princípios e direitos fundamentais. Esta Resolução só entrou em vigor em 2004, ano em que conseguiu reunir o número mínimo de países subscritores. **Nem Portugal nem nenhum outro país da União Europeia a subscreveram.** E pelos vistos, nem António Vitorino a subscreve. Afinal, de que pena fala Vitorino?

O tipo de concepções que têm

enformado a política de imigração dos sucessivos Governos, pode ter reflexos negativos nas políticas a adoptar por outros países onde residem comunidades portuguesas. E quando vamos verificando que o discurso do Governo português é, crescentemente, o de procurar descartar responsabilidades relativamente à diáspora, mais preocupados ficamos. Veja-se, por exemplo, a recente viagem de Freitas do Amaral ao Brasil em que quase tudo estava na agenda do ministro, mas sobre a comunidade portuguesa nada constou.

O Partido tem tido, relativamente à problemática das migrações, uma activa e responsável intervenção. Uma intervenção visando a alteração do decreto-lei 34/2003, que regula as condições de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros, bem como da Lei 6/2004 que o regulamenta. E, igualmente se deve ao Partido, a iniciativa de propor a alteração da Lei da Nacionalidade, com vista a reconhecer o direito de serem portugueses às crianças nascidas em Portugal.

Também junto das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, o PCP tem desenvolvido uma activa e intensa intervenção, não só através das suas organizações nos respectivos países, mas também com propostas concretas na Assembleia da República sobre educação e ensino, sobre a constitucionalização do Conselho das Comunidades (recusado pelo PSD e o CDS-PP e com o "nim" do PS) e para a criação de um outro modelo de representação dos portugueses residentes no estrangeiro.

A política dos sucessivos governos, no que respeita à problemática das migrações, tem como ponto de contacto uma mesma visão de classe e uma mesma arte junto das comunidades respectivas, a saber: a arte de vender vento.

É pois urgente e necessária outra política, assente noutra matriz. O PCP é portador dessa política. Juntos, um outro Mundo é possível!

(1) Nomeadamente, o decreto-lei 176/2003, que marcou o dia 12 de Março como o dia em que, por exemplo, há pais que recebem a prestação social (abono) de filhos nascidos antes desse dia e não recebem por filhos nascidos depois desse dia.

**Rui Fernandes**

Membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP

Todos os anos, milhares de portugueses emigram à procura das condições que não encontram em Portugal

existentes indicam que cada imigrante legalizado paga de impostos ao Estado cerca de mil euros/ano. Acresce que o facto de serem consumidores gera também impactos positivos ao nível da dinamização da economia.

É um facto que existem aconte-

# Alteração à lei da nacionalidade

## Projecto de Lei do PCP...

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um Projecto de Lei de alteração à Lei da Nacionalidade. Para o PCP, é hoje uma evidência que a Lei da Nacionalidade necessita ser modificada. Os objectos desta proposta de alteração à actual lei são os seguintes:

1.º - Reconhecer a nacionalidade portuguesa originária aos cidadãos nascidos em território português, filhos de estrangeiros que aqui residam, desde que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses.

2.º - Fazer regressar o ónus da prova da ligação efectiva ao território nacional à situação existente até

1994. Isto é: O requerente tem de demonstrar que vive em Portugal há mais de seis anos (de for originário de país da CPLP) ou de dez anos (se for de outro país), que conhece bem a língua portuguesa, que é maior, que não foi condenado pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo superior a três anos, e que possui uma ligação efectiva à comunidade nacional. Se as autoridades portuguesas tiverem razões para supor que, apesar de tudo, essa ligação não existe, devem fundamentar devidamente a sua recusa.

3.º - Eliminar o decurso obrigatório de três anos para a aquisição de nacionalidade portuguesa pelo casamento, podendo tal aquisição ser feita a todo o tempo na constância do casamento.

4.º - Equiparar a união de facto há mais de dois anos ao casamento, para efeitos de aquisição da nacionalidade, desde que tal situação seja reconhecida por um tribunal civil.

## ...e do PEV

O Partido Ecologista "Os Verdes" também apresentou um projecto de alteração à Lei da Nacionalidade para "que os filhos dos imigrantes nascidos em Portugal tenham direito à nacionalidade portuguesa e possam ser considerados portugueses", afirmou a deputada ecologista Heloísa Apolónia na apresentação do projecto. A deputada realçou ainda a necessidade de "uma nova política de cidades, de habitação, e de ensino que promova a integração social e o fim dos guetos".



PCP propõe programa de promoção, expansão e qualificação

## Ensino da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro

O Grupo Parlamentar do PCP, no quadro das comemorações do 10 de Junho, apresentou na Assembleia da República, um Projecto de Resolução relacionado com a defesa e promoção do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro. Com mais esta iniciativa parlamentar o PCP demonstra que os seus compromissos eleitorais são para cumprir.

Em resumo, o Projecto de Resolução, começa por apontar a importância da língua portuguesa no Mundo; é a terceira língua europeia mais falada a nível mundial, depois da inglesa e da castelhana; existem cerca de 5 milhões os portugueses e luso-descendentes espalhados pelo Mundo; são mais de 200 milhões os cidadãos que, a nível mundial, fa-

lam a língua portuguesa. Assim, apostar no ensino e divulgação da Língua e Cultura Portuguesas no estrangeiro é uma Opção Estratégica.

### Reactivação do grupo de trabalho

Na Assembleia da República, sua 2.ª reunião desta legislatura, a Comissão Educação, Ciências, Cultura, Juventude e Desporto, aprovou por unanimidade a proposta apresentada pela deputada do PCP, Luísa Mesquita, de dar continuidade ao funcionamento do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Língua e da Cultura Portuguesas nas Comunidades Portuguesas.

gica, não devendo ser encarado como uma despesa mas sim como um investimento necessário para o presente e para o futuro de Portugal e, consequentemente para a nossa diáspora.

Com base nestas conclusões, o PCP propõe, através do seu Grupo Parlamentar, que o Governo crie um Programa de promoção, expansão e qualificação do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesas no estrangeiro, que passe por um investimento financeiro, por uma articulação entre Ministérios, pela utilização dos canais para África da rádio e da televisão (RDPI e RTP África), e por todo um conjunto de medidas conducentes à sua implementação.

## Sempre os mesmos a pagar

A partir do dia 1 de Julho deste ano entra em vigor a Directiva comunitária "relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros". Trata-se de uma Directiva altamente lesiva para os emigrantes com economias depositadas em Portugal. Esta Directiva obriga as entidades bancárias (em Portugal) a comunicar, ao organismo fiscal do país de residência, os rendimentos da poupança sob a forma de juros para permitir que estes sejam sujeitos a uma tributação efectiva em conformidade com a legislação deste último país.

É um facto que esta Directiva foi aprovada (em 3/6/2003) pelo Governo PSD/CDS-PP, que foi muito célere em transpô-la para o direito interno (2/12/2004).

Mas tendo em conta as implicações que esta medida poderá vir a ter para a economia portuguesa e as consequências para os emigrantes, que vêem assim abruptamente ameaçadas as suas poupanças. É com preocupação - até pelo secretismo por parte das entidades oficiais à volta do assunto - que na emigração se assiste ao mutismo e à falta de informação por parte do actual Governo do PS.

Esta Directiva enquadra-se nas orientações neoliberais definidas em Bruxelas que o tratado da constituição europeia, agora moribundo, visava consagrar. Aliás, foi para "evitar perturbações dos mercados financeiros" que se prevê que, "durante um período transitório, o regime agora introduzido não seja aplicável aos pagamentos de juros relativos a certos títulos de dívida negociáveis". Por essa razão ficaram de fora os Estados-Membros: Áustria, Bélgica e Luxemburgo.

Pois é! As economias dos emigrantes não causam "perturbações dos mercados financeiros" mas tão somente na vida de cada um deles, mas isso não tira o sono aos senhores de Bruxelas, nem do Governo português, está visto.

Mário Ribeiro

Membro do Organismo de Direcção na Região de Paris do PCP

## PCP pede parecer ao CCP

O grupo parlamentar do PCP enviou aos membros do Conselho das Comunidades Portuguesas um pedido de parecer ao projecto de lei que cria os "órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro". Na carta dirigida aos conselheiros, assinada pela deputada Luísa Mesquita, é referido que com esta iniciativa legislativa o PCP pretende "melhorar os mecanismos de representação das comunidades portuguesas no estrangeiro". Acrescenta ainda que a nova estrutura proposta "assenta fundamentalmente nas Comissões consulares, que serão compostas por membros eleitos, por sufrágio directo e secreto, dos portugueses maiores de 18 anos residentes na respectiva área consular". A ser criada esta estrutura com diferentes patamares de intervenção, "encontrar-se-á um espaço de consulta, de reflexão e de debate relativo às políticas de emigração e das comunidades portuguesas mais amplo, mais rico, mais eficiente e mais democrático".

O texto integral de qualquer destes Projectos podem ser consultados no site [www.pcp-emigracao.pt](http://www.pcp-emigracao.pt) Caso não tenha acesso à Internet escreva-nos que nós os enviaremos pelo correio.

# Vamos travar este combate com determinação

Afirma Jerónimo de Sousa em entrevista ao "Avante"!

*Porque é que o PCP se opõe ao projecto da constituição europeia?*

**Jerónimo de Sousa** – Este tratado constitucional representa um passo de gigante da União Europeia no caminho neoliberal e militarista, solidificando o poder das transnacionais em detrimento dos interesses sociais dos povos e acentuando o domínio dos grandes países sobre os restantes.

A perda de soberania é uma preocupação central. A constituição europeia estabelece que o direito comunitário prevalecerá sempre sobre o direito nacional, o que põe em causa a Constituição da República. Isto é muito grave. Alguns dirão que temos vindo a perder parcelas importantes da nossa soberania desde o Tratado de Maastricht. É verdade, mas o novo tratado limita ainda mais a soberania nacional e institucionaliza todo o processo.

Noutras forças políticas existe a ideia da aceitação, do conformismo... Nós não podemos ter essa posição. Temos de travar um combate determinado contra a ratificação do tratado constitucional.

*Há quem apresente a Carta dos Direitos Fundamentais, integrada no novo tratado, como um avanço no plano social...*

A nossa Constituição da República consagra direitos muito mais avançados do que aqueles que a Carta consigna. Mas temos de sublinhar a hipocrisia dos que apregoam que a constituição europeia defenderá a coesão social quando sabemos que, após a adopção da "estratégia de Lisboa", as medidas que avançaram foram as liberalizações e as privatizações de serviços públicos e das funções sociais do Estado. Ou seja, favoreceu-se as transnacionais em prejuízo claro dos direitos dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas.

Esta ofensiva prossegue com a chamada directiva Bolkestein, que preconiza a liberalização selvagem dos serviços públicos, estando em discussão uma proposta que altera profundamente a organização do tempo de trabalho, permitindo o alargamento da semana de trabalho para as 65 horas.

Como é que se pode falar em coesão social e simultaneamente subscrever uma directiva desta natureza que representa um retrocesso de décadas? É uma contradição que temos de denunciar no nosso combate contra a constituição europeia.

## Exigir um debate sério

*Que implicações terá a eventual realização simultânea do referendo com as eleições autárquicas?*

Ao contrário do PS e do PSD, há muito que defendemos uma revisão cirúrgica da Constituição da República com vista a permitir a realização de referen-

dos sobre tratados internacionais. Em relação ao tratado de Maastricht, a nossa proposta foi recusada pelo PS e pelo PSD, fazendo com que esta questão passasse ao lado dos portugueses como «cão por vinha vindimada».

No que respeita à constituição europeia, reafirmamos a necessidade do referendo. O PS e o PSD reconsideraram e deram razão ao PCP mas, admitindo o referendo, o que agora pretendem concretizar quase que se poderia qualificar como uma farsa.

Ou seja, há duas questões fundamentais que se colocam em relação à simultaneidade, que ambos os partidos defendem, entre o referendo e as eleições autárquicas, as quais, como é sabido, realizam-se em Outubro.

Em primeiro lugar, trata-se de um prazo muito curto que se traduzirá na impossibilidade real de realizar um debate aprofundado sobre os conteúdos do tratado constitucional. Basta olhar para o calendário: Julho e Agosto são meses de férias. Restaria quanto muito um mês... Mas em Setembro inicia-se a pré-campanha das eleições autárquicas. A simultaneidade destas com o referendo levará inevitavelmente à menorização das duas consultas...

*À partida, as eleições autárquicas tenderão a sobrepor-se ao debate sobre questões europeias...*

Concordo. É inevitável que a população se empenhe mais na resolução dos problemas concretos do que no debate do tratado constitucional, secundarizando esta importante questão.

A este propósito, vale a pena lembrar o argumento utilizado pelo Presidente da República para devolver à procedên-

cia o referendo sobre o aborto. Disse que não estavam criadas as condições nem havia tempo suficiente para realizar um debate aprofundado sobre a matéria. Pergunta-se: e haverá tempo e condições para discutir em profundidade o tratado constitucional no caso de o referendo se realizar em simultâneo com as autárquicas? Parece-nos que há aqui uma evidente contradição. O que o PS e a direita pretendem é arrumar rapidamente esta questão...

*Não basta, portanto, realizar o referendo...*

Para que as pessoas formem opinião é preciso colocar com clareza, nos órgãos de comunicação e em toda a sociedade, os conteúdos principais do tratado. Não se trata de dizer «sim» ou «não» à Europa ou à União Europeia, mas de decidir sobre um conjunto de questões que vão

condicionar a vida dos portugueses e a sua capacidade soberana de decidirem sobre o futuro do país.



condicionar a vida dos portugueses e a sua capacidade soberana de decidirem sobre o futuro do país. Ora, não temos dúvidas de que este debate será muito prejudicado pelo calendário apertado e pela simultaneidade com as autárquicas.

## Por uma Europa de nações soberanas

*O PCP foi contra a adesão de Portugal na CEE, opôs-se ao tratado de Maastricht e à adopção da moeda única. Agora, é a única força política que condena, sem reservas, o tratado constitucional. Isto significa que o PCP é um partido anti-europeísta?*

Infelizmente, a vida veio dar-nos razão. Os que defendiam a adesão de Portugal à CEE falavam com entusiasmo, na altura, das enormes vantagens e das perspectivas de desenvolvimento que se abriam com a entrada para um mercado com 300 milhões de pessoas.

Qual é a situação que temos hoje? Temos um aparelho produtivo ameaçado, a agricultura e pescas praticamente destruídas, assistimos

à desindustrialização da economia, temos uma situação social grave com meio milhão de desempregados e estamos no fim da tabela no que respeita, designadamente, ao poder de compra e aos direitos sociais.

A vida deu razão ao PCP: não foi Portugal que entrou na União Europeia, mas os países mais poderosos da União Europeia que entraram em Portugal.

*Como é se chegou a este ponto ao fim de quase duas décadas de integração?*

Cada passo dado justificou, sempre mas sempre, o passo seguinte. Depois da adesão, ratificou-se o tratado de Maastricht, que impôs pesadas restrições orçamentais, impedindo a realização de políticas de investimento público. Seguiu-se a adesão ao euro, privando-se o

país da sua moeda, que é um instrumento fundamental para incrementar as exportações, controlar as importações, em função da situação concreta da nossa economia. Hoje, são os outros que determinam a política monetária, consoante os seus próprios interesses. O resultado está à vista: o fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos não parou de aumentar nos últimos anos.

A eventual ratificação da constituição europeia seria mais um passo para a sujeição do país aos interesses do capital transnacional.

*Mas esse balanço negativo traduz ou não uma posição anti-europeísta?*

Não. O PCP defende a construção de uma Europa de povos e nações soberanas, voltada para a cooperação e a paz, para a promoção do desenvolvimento económico e social. Portanto, não somos contra a Europa. Somos contra o rumo actual da construção europeia, determinado pelas grandes potências e interesses. A vida tem provado que esta não é uma Europa da coesão económica e social.

É claro que a União Europeia não é a única culpada de todos os males do País. A situação inquietante em que nos encontramos resulta de uma política de direita desenvolvida há mais de duas décadas. Mas se chocarmos uma panela de barro com uma de bronze, a que parte é a de barro... Isto significa que há o risco sério de os nossos atrasos estruturais se agravarem com consequências dramáticas para as gerações futuras.

## Resistir à ofensiva do capitalismo

*Com a derrota do socialismo na União Soviética e no centro e leste da Europa acentuou-se o carácter neoliberal e federalista da chamada «construção» europeia. Existe aqui uma relação de causalidade?*

Para o PCP, a luta de classes continua a ser a grande questão da nossa época contemporânea. É evidente que a existência da União Soviética e do socialismo a leste constituía, por um lado, o

Cont. na pág. seguinte

## Com determinação

Continuação da pág. 5

contraponto ao capitalismo, por outro lado, fazia com que os próprios governos dos países capitalistas mais desenvolvidos se vissem obrigados a negociar direitos sociais avançados.

Consumada a destruição do socialismo, o capitalismo considerou que era chegada a altura de recuperar as parcelas de domínio perdido. Na França, Alemanha, nos países nórdicos, lá onde existiam direitos avançados foi desencadeada uma ofensiva para a sua eliminação. É neste quadro que se inscrevem as orientações comunitárias sobre os serviços públicos, os horários de trabalho, a segurança social, a saúde, etc.

O desaparecimento do socialismo constituiu assim não só uma derrota para os povos respectivos, como também para os europeus que têm vindo a perder muitos dos direitos conquistados depois da Segunda Guerra Mundial. É por isso que falamos em retrocesso.

O capital nunca se conforma com as parcelas de domínio perdido, porque está na sua própria natureza acrescentar lucro ao lucro.

*Apesar das enormes disparidades entre os diferentes países, é possível uma maior convergência das forças de esquerda com vista a dar expressão europeia à luta dos trabalhadores?*

Nós, comunistas portugueses, consideramos que

o desenvolvimento da luta, designadamente à escala europeia, tem de estar alicerçado em cada país concreto. Mas procuramos a cooperação e a convergência com partidos comunistas e forças progressistas na Europa e em todo o mundo. Pensamos que este é o bom caminho. A unidade não é, para nós, um fim em si mesmo e não consideramos que possa ser expressa através de organizações supranacionais que dirijam e determinem a acção e a luta dos movimentos.

Apesar de uma relação de forças profundamente desfavorável, mantemos a convicção de que há condições para os povos e os trabalhadores resistirem e acumularem forças para alterar o rumo neoliberal, designadamente, da União Europeia.

**Nota de Redacção:** Em 3 noites PS, PSD e CDS-PP culminaram um projecto de alteração à Constituição da República Portuguesa para permitir o referendo.

Acontece que o chumbo da França e da Holanda ao Tratado Constitucional Europeu inviabiliza a sua entrada em vigor. Ou seja, este Tratado está chumbado e não pode entrar em vigor já que isso só pode acontecer se, unanimemente, todos os países o aceitarem.

A cimeira de Bruxelas, de 16 de Junho, veio confirmar a justeza da nossa posição. ■

## Comunistas portugueses na Alemanha exigem: Reposição imediata do consulado de Osnabrück

Em comunicado, o Organismo de Direcção Nacional (ODN) dos comunistas portugueses emigrados na Alemanha, considera que: "A situação insustentável em que se encontram os serviços consulares em Osnabrück exige a reposição imediata do Consulado de Carreira".

Na opinião do PCP só a dedicação e o espírito de sacrifício dos funcionários que ali trabalham impediram até agora o colapso total dos serviços. O erro grave do encerramento do Consulado de Osnabrück e da sua substituição por um "escritório consular" terá de ser corrigido o mais rapidamente possível pelo novo Governo, de acordo não só com as promessas eleitorais do Partido Socialista mas porque a gravidade da situação e os prejuízos para a comunidade e para o funcionamento dos serviços assim o exigem. Na nota divulgada os comunistas recordam que "o PCP que sempre

se opôs ao encerramento do Consulado de Osnabrück".

A deterioração do ensino do português na Alemanha, com centenas de crianças há já vários anos sem aulas, e outras ameaçadas de ficarem sem professor a partir do próximo ano lectivo, foi outro dos temas analisado, considerando o ODN que: "é inquietante que o novo Secretário de Estado das Comunidades, em recentes declarações sobre o ensino do português no estrangeiro, não tenha manifestado preocupação por esta situação concreta, tendo-se limitado a repetir a ladainha das novas tecnologias dos governos anteriores. Também neste campo, as comunidades e as comissões de pais das localidades atingidas devem manter-se vigilantes e se necessário organizar-se e preparar-se para o desencadeamento de protestos". ■



Acção em Osnabrück

## O CCP na luta pela defesa das Comunidades

Leito há dois anos, o actual Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) tem vindo a exercer as suas funções num quadro marcado por uma profunda ofensiva contra os direitos das comunidades consagrados na Constituição da República Portuguesa. Invocando o cumprimento do "Pacto de Estabilidade" e a necessidade de contenção orçamental, sucessivos Governos têm vindo a prosseguir uma política de destruição da rede consular e de desinvestimento na área do ensino e da cultura, isto é, de liquidação dos dois pilares indispensáveis à afirmação da identidade, e à continuação da existência das nossas comunidades e da sua ligação a Portugal. Os comunistas, nas várias estruturas do CCP, têm-se destacado na resistência contra esta política, travando, juntamente com todos os outros colegas, a luta contra o encerramento dos consulados e desmascarando as correntes demagógicas que pretendem que o Estado gasta demasiado dinheiro com o ensino do português no estrangeiro ou no apoio às comunidades. Impulsionados pelo ideal de servir o interesse colectivo e por profundos sentimentos patrióticos, temo-nos oposto a uma orientação que, levada até às suas últimas consequências, acabaria por deixar as comunidades abandonadas a si próprias e à mercê dos interesses conjunturais de outros estados.

Conscientes de que a independência do órgão representativo dos portugueses espalhados pelo mundo e de que a unidade de todos os seus membros em torno da defesa dos direitos das comunidades são indispensáveis para a resolução dos graves problemas que afectam a emigração, temo-nos oposto simultaneamente à governamentalização e instrumentalização do CCP por interesses contrários aos das comunidades, e ajudado a preservar a sua unidade, face às tentativas exercidas quer do exterior quer do interior para o dividir e enfraquecer. A acção dos comunistas e a sua competência e dedicação face aos problemas das comunidades, são hoje reconhecidas não só pela generalidade dos membros do CCP, mas por personalidades de diferentes quadrantes políticos, que assim descobrem surpreendidas a falsidade dos preconceitos da propaganda anticomunista difundida ao longo de décadas por uma imprensa obscurantista e pelas forças que se opõem ao progresso e à justiça social.

Fiéis aos princípios da democracia participativa, os comunistas continuam a defender o reforço da ligação dos membros do CCP às comunidades que os elegeram, assim como, a mais ampla participação nas resoluções, apreciações e relatórios do CCP, não só de todos os conselheiros mas das organizações de carácter associativo, dos sindicatos, das comissões de pais e dos membros das comunidades espalhados pelos cinco continentes. A redução de quatro para dois anos da realização dos plenários mundiais do CCP correspondeu igualmente a uma exigência dos comunistas, e integra-se no aprofundamento da participação e da democraticidade nas decisões e na avaliação dos problemas das comunidades, além de permitir responder melhor a situações como a actual, marcada pela alteração do quadro político e pela mudança da maioria parlamentar e de Governo.

Tal como até agora, a emigração portuguesa vai poder no futuro continuar a contar com a generosidade, a dedicação e a competência dos comunistas no cumprimento das tarefas do CCP e na luta pela defesa dos direitos das comunidades.

Rui Paz

Membro do Organismo de Direcção do PCP na Alemanha. ■

# Acuso e exijo justiça!

Farto de promessas feitas pelos sucessivos governantes e constatando que com o Governo PS está tudo na mesma, o presidente da Comissão dos Ex-Militares no Luxemburgo, Manuel Gomes da Silva, endereçou uma carta ao Governo português. Carta esta que tornou pública e se transcreve, na qual exprime o seu sentimento de revolta.



O dia 10 de Junho é um dia de festa para toda a nação portuguesa que vive nos quatro cantos do mundo. Mas os milhares de portugueses que emigraram após o cumprimento do serviço militar obrigatório e que não são reconhecidos pelo sistema de segurança social português sentem-se esquecidos e humilhados.

Após tantos discursos e tantas promessas relativas à resolução do problema da contagem do tempo de serviço militar para efeitos da segurança social, tudo continua na mesma! Nós apenas queremos o que por direito nos é devido após termos cumprido todas as nossas obrigações militares.

Considerando que a maioria dos emigrantes que prestou serviço militar nunca descontou ou nunca foi inscrito na segurança social portuguesa, que medidas conta tomar o Governo para possibilitar a sua inscrição na segurança social de modo a garantir a contagem desse tempo para efeitos de reforma?

Na sequência da Lei n.º 9/2002 e da Lei n.º 21/2004, já fizemos dois requerimentos para que seja contado o tempo de serviço militar, mas esses requerimentos não são trata-

dos por falta de regulamentação.

Enquanto representantes dos ex-militares portugueses residentes no Luxemburgo, nós queremos participar no processo de regulamentação legislativa de modo a assegurar:

- que o tempo de serviço militar seja contado para todos os militares e não apenas para os ex-combatentes;

- que o tempo de serviço militar seja inscrito na segurança social;

- a obtenção do formulário E/205 para podermos fazer valer a

contagem do tempo de serviço militar nos países de residência, junto dos organismos competentes em matéria de reforma.

Já estamos cheios e fartos de promessas. Temos sido enganados pelos governantes que não compreendem que para os emigrantes esta situação é dramática.

**Nós necessitamos da contagem do tempo de serviço militar antes e não depois de já estarmos reformados.**

Manuel Gomes da Silva •

## A situação dos ex-militares emigrantes

Os deputados do PCP, António Filipe e Luísa Mesquita, requereram ao Governo português esclarecimentos sobre a não regulamentação da legislação sobre o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar dos ex-combatentes emigrantes para efeitos de aposentação e reforma. Os deputados comunistas referem nomeadamente o facto de "um número significativo de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro continuam a ser privados de direitos que a lei lhes confere, sem que sejam sequer informados sobre as diligências que vão ser efectuadas com vista a corrigir essa situação".

"Que diligências estão a ser efectuadas para colmatar a situação de incumprimento da Lei que presentemente se verifica?" Esta foi a pergunta colocada pelos deputados que, decorridos mais de 2 meses, continua sem resposta. •

## Organização do PCP no Reino Unido denuncia

### Consulado de Londres: situação insustentável

A organização do PCP, associando-se à onda de protestos da comunidade portuguesa no Reino Unido, que tem em Londres a única representação consular portuguesa, emitiu o seguinte comunicado, onde é denunciado o péssimo funcionamento dos serviços:

*"O Consulado mudou de local mas continua a 'rebetar pelas costuras' não prestando o serviço de qualidade que a comunidade portuguesa merece e tem direito, tal será devido, em parte, ao facto de uma grande maioria dos trabalhadores serem contratados em regime precário, que vão sendo substituídos desde que não beneficiem da simpatia do Cônsul (situação que já dura há anos). Por outro lado, dever-se-á também ao desmesurado crescimento da Comunidade portuguesa no Reino Unido onde se calcula que vivam 250 mil portugueses."*

Os comunistas portugueses na Inglaterra consideram que é mais que tempo de passar aos actos e resolver, de uma vez por todas, um problema que desde há muito está identificado, e cujas soluções passam no essencial pelo seguinte:

1.ª Abertura de um ou mais postos (consulados de carreira, vice-consulados ou agências consulares) em localidades de grande concentração de portugueses e fora de Londres;

2.ª Abertura de concurso para ingresso no quadro, no consulado de Londres que conta actualmente com 19 trabalhadores com contrato precário;

3.ª Mais respeito e atenção, por parte do Cônsul-Geral em Londres, pelas queixas e protestos dos emigrantes e suas estruturas representativas;

4.ª Mais respeito pelos direitos dos trabalhadores consulares consagrados no Estatuto profissional. •

## Luxemburgo

### "Juntos pela nossa convenção colectiva!"

Milhares de trabalhadoras do sector da construção civil manifestaram-se no passado dia 28 de Maio, no centro da capital do Luxemburgo, contra a intransigência da entidade patronal que, desde 2002, vem bloqueando as negociações para a renovação dos contratos colectivos.

Esta acção de protesto, de um sector onde trabalham muitos portugueses, foi convocada pelas centrais sindicais OGB-L e LCGB, que desta forma puseram em evidência a determinação dos trabalhadores em não aceitar que a sua convenção colectiva seja esvaziada. Os trabalhadores exigem, ainda, aumentos salariais dignos, o reconhecimento pela entidade pa-



tronal da importância da formação profissional e melhores condições de trabalho.

Expressando a justiça das reivindicações, o presidente do departamento do sector da construção civil da OGB-L, Manuel Bento, declarou ao nosso jornal que "ao contrário do que dizem os representantes do patronato, o sector da construção civil não atravessa qualquer crise económica. Pois se assim fosse não seríamos pressionados a fazer, sistematicamente, horas extraordinárias, nem assistíamos à tentativa por parte das empresas, para que o sábado seja considerado um dia útil de trabalho". •

# "Temos de estar vigilantes"

Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-geral do PCP, na Festa Convívio Nacional, na Suíça

Quanto às políticas para as comunidades portuguesas constatamos que o Governo se comporta como se ainda estivesse em campanha eleitoral: promete, promete, promete, continuando a adiar medidas em áreas que ao longo dos anos têm sido desprezadas pelos governos de diversas matizes: PS, PSD sozinho ou de PSD/CDS. E porque as comunidades portuguesas são um vector estratégico para o desenvolvimento e afirmação de Portugal no Mundo, há que agir em consequência.

O ensino do português no estrangeiro é o exemplo mais emblemático da política de desprezo para com a nossa diáspora. Todos, desde o 1.º ministro, passando pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, secretários de Estado e deputados da Emigração apreçam o papel importante das comunidades portuguesas para a promoção de Portugal e da nossa Língua e Cultura. O 10 de Junho está a chegar e vamos vê-los a desfilar pelos diversos países a enaltecer os emigrantes.

Mas aquilo que os emigrantes querem e Portugal precisa é a implementação de medidas concretas que travem o definhamento da já muito frágil rede de ensino do português no estrangeiro. Isso passa por encarar esta questão não como uma mera operação contabilística, mas sim como um investimento ao serviço de Portugal e dos portugueses dentro e fora do país.

Em matéria de afirmação da nossa cultura, mas também alargada a outras áreas, é indispensável garantir um apoio efectivo à organização dos jovens luso descendentes, particularmente os seus projectos de intercâmbio no plano escolar, cultural, mas também profissional que permitam aos jovens conhecer melhor o nosso país e estreitar a sua relação com Portugal.

O programa do Governo assim como



declarações de governantes sobre estas matérias, de tão generalistas que são, não nos deixam descansados. Os emigrantes, as suas organizações representativas, nomeadamente as comissões de

de português no estrangeiro.

Assim como puderam contar connosco, desde a primeira hora, os ex-emigrantes da Suíça que só pela persistência da luta que durou largos meses, obri-



país e o Conselho das Comunidades, os professores podem contar connosco na sua justa luta por mais e melhor ensino

garam o Governo do PSD de Durão Barroso a repor a legalidade reconhecendo o direito à assistência médica e aos cuidados de saúde destes portugueses.

Se tal luta não tivesse sido travada, aquilo que iria acontecer é que todo o emigrante português que amanhã regressasse a Portugal teria de continuar a pagar um seguro na Suíça a uma companhia privada para poder ter acesso ao serviço público de saúde em Portugal.

Temos de estar vigilantes. Vivemos uma época de grande ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores, o grande capital, com o apoio dos governos, procura formas por vezes sofisticadas de exploração nomeadamente junto de camadas mais desprotegidas como são os emigrantes. É muito frequente ouvirmos notícias de como portugueses que fugindo ao desemprego em Portugal, muitas das vezes jovens já formados à procura do primeiro emprego, se encontram em situações de grande exploração e mesmo quase escravidão: no Reino Unido, nas plataformas do mar do Norte, em Espanha, na Holanda, en-

tre outros. Por isso, precisamos de continuar a estar atentos e dar combate eficaz às redes de contratação de mão-de-obra de sobre-exploração, exigindo uma activa acção fiscalizadora das empresas contratadoras.

É uma evidência que quanto maior for o desemprego e a pobreza em Portugal, mais concidadãos nossos serão empurrados para o estrangeiro em condições de grande precariedade e de enorme exploração. É nossa obrigação defender esses nossos compatriotas que são vítimas em Portugal de uma política que favorece apenas os grandes interesses e as actividades especulativas, que obtêm lucros astronómicos como os que foram recentemente divulgados relativamente a 2004; é nossa obrigação também desmascarar as agências de recrutamento sem escrúpulos que colocam muitos dos nossos emigrantes à mercê da mais vil exploração. Também para responder às situações de carência dos nossos emigrantes, particularmente dos mais idosos e sem recursos é necessário continuar a luta pela criação de um Fundo de Apoio Social que tenha carácter permanente atenuando situações dramáticas de dependência extrema.

É também por estas razões que hoje é cada vez mais importante a existência de representações do Estado português no estrangeiro, ou seja, uma rede consular moderna e eficaz na resposta aos problemas das nossas comunidades.

O PCP continua a defender e a apoiar a reivindicação da comunidade portuguesa no Ticino da existência de uma estrutura que responda às necessidades reconhecidas e prometidas por diversos governantes, incluindo do PS.

Defendemos ainda a justa reivindicação dos trabalhadores consulares quer quanto à actualização salarial (que não é feita, nalguns casos, desde 2001), abertura de concursos para preenchimento de vagas existentes no quadro (no conjunto da rede em todo o mundo há um défice de mais de 20%), aplicação da lei quanto à atribuição de passaporte especial.

O PCP defende ainda a necessidade de rever a decisão tomada pelo anterior Governo, contra a qual também o PS na altura se manifestou, quanto ao encerramento de postos consulares. Também aqui a bitola não pode ser unicamente o custo, encerrando-se serviços tão necessários à comunidade, substituindo-os por consulados honorários, ou seja, a entrega a entidades privadas de um serviço público.

Portugal continua a subestimar os seus emigrantes, até no contributo que poderiam dar ao desenvolvimento e ao crescimento económico do nosso país, questão central hoje em Portugal, quando continuamos a distanciar-nos e a divergir em termos de desenvolvimento da União Europeia e deixar aumentar assustadoramente o desemprego. →

## Comunistas portugueses realizam na Suíça 19.ª edição da Festa Convívio Nacional

Decorreu, no dia 15 de Maio, mais uma edição da Festa Convívio Nacional, promovida pela Organização do PCP na Suíça (fotos). Este ano a Festa teve a presença do secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, cuja intervenção, reproduzida nesta página, foi calorosamente recebida pelos cerca de 400 participantes.

Intervieram ainda Manuel Alho, responsável da Organização do PCP na Suíça, e Alain Bringolf, presidente do Partido Suíço do Trabalho.

Na Festa, esteve patente uma exposição itinerante do PCP relativa ao 60.º Aniversário da derrota das tropas alemãs, que levou ao termo da Segunda Guerra Mundial.

A nível musical, participaram os grupos "Cantares Alentejanos" e o "Tropical 90", permitindo um pé de dança a todos os presentes. Quanto à gastronomia, uma boa sardinhada fez a festa junto aos emigrantes portugueses. A Festa acabou com a promessa de que para o ano há mais.

### Jerónimo de Sousa em Zurique

Jerónimo de Sousa esteve também em Zurique e visitou as colectividades portuguesas nesta cidade: a Casa do Benfica, o Sporting Clube e o Centro Lusitano. Participou num jantar na Associação Portuguesa de Zurique onde estiveram várias dezenas de pessoas. ●





Portugueses na Suíça comemoram 1.º de Maio

→ Não temos uma política para o investimento em Portugal por parte dos emigrantes. Era necessário criar um novo quadro de apoio ao seu investimento que permitisse dar ajudas na orientação dos seus investimentos na criação de riqueza em Portugal, mas também definindo e concretizando apoios ao investimento, mais substancial ao que se dirige ao desenvolvimento dos sectores produtivos e à criação de empresas nas regiões de origem dos emigrantes.

Há um outro combate em relação ao qual não podemos deixar de continuar a chamar à atenção. Ao novo Governo do PS exige-se que dê uma outra orientação e apoio ao desenvolvimento das actividades do movimento associativo das comunidades portuguesas. Elas são um ponto de apoio importante dos nossos emigrantes e, no fundo, autênticas embaixadas de Portugal.

Da nossa parte continuaremos esta luta de muitos anos dos nossos emigrantes na exigência de melhores condições para o desenvolvimento das organizações associativas, que permitam criar espaços de convívio, lazer, cultura e desporto que aprofundem os laços entre os portugueses e a sua terra natal.

É altura de o Estado Português investir no movimento associativo, nomeadamente na contratação de animadores culturais, dando resposta também ao crescente desemprego de licenciados.

A participação política dos emigrantes é, também ela, uma questão de grande importância. Para além das leituras que possam ser feitas quanto aos resultados eleitorais, eles puseram em evidência a caducidade do sistema do voto por correspondência: Este ano a abstenção voltou a aumentar (só votaram 15,1% dos eleitores — conjunto dos 2 círculos); nesta abstenção incluem-se mais de 30 mil cartas devolvidas (mais de 20% dos inscritos) que não chegaram aos eleitores. Por essa razão o PCP defende o voto presencial que no nosso entender dará garantias de uma maior e mais genuína participação. ■

## Genebra

### Direito de voto para os emigrantes

Depois dos Cantões de Neuchâtel em 1848, Jura em 1978, Appenzell AR em 1998 e Vaud e Friburgo em 2003, também o cantão de Genebra aceitou, em referendo, o direito de voto aos estrangeiros a nível municipal. Em Genebra os emigrantes representam 38,7% e 44,30% respectivamente no cantão e na cidade.

Quem reside há mais de oito anos no Cantão de Genebra, poderá participar nas eleições a realizar no seu Município de residência. A partir de agora apenas o Cantão do Valais, em toda a região da Romandia, recusa conceder os direitos políticos aos seus trabalhadores emigrantes.

Na Suíça Alemã, fiel à sua tradição conservadora, não só se pratica uma política de naturalização restritiva, como também os direitos políticos dos emigrantes são raramente reconhecidos. Existe, apenas, uma surpreendente excepção, a do Cantão de Appenzell Ausserrhoden, onde desde 1998 as municipalidades podem decidir quanto à participação dos imigrantes nas votações. Até à data, três municípios já optaram neste sentido. O mesmo se aplica ao cantão dos Grisões. Nos cantões Ticino, Berna e Zurique ainda não se encontrou uma maioria disposta a ancorar este objectivo reconhecido na Constituição. ■

## CABLECOM exclui a RTPi

A RTPi integrava, até ao dia 1 de Dezembro de 2004, a programação normal por cabo da empresa privada CABLECOM, na Suíça.

A partir desta data, os milhares de portugueses que trabalham e vivem na Suíça-Alemã e também no Ticino, se pretenderem ter acesso à RTPi em suas casas deverão pagar 25 francos, mensalmente. Acontece que a T.V.E. ou a RAI Uno, entre outras, não foram alvo desta forma diferenciada de tratamento.

De sublinhar que a inclusão da RTPi no sistema de distribuição por cabo (paga também, mensalmente), ocorreu após um grande empenhamento das entidades portuguesas na Suíça, da administração da RTPi e da comunidade portuguesa, junto da

administração da Cablecom.

Em Dezembro de 2004 a deputada Luísa Mesquita questionou o anterior Governo do PSD/CDS-PP sobre a discriminação de que estava a ser alvo a comunidade portuguesa. O Governo sobre o assunto nada disse.

Na ausência de resposta a deputada do PCP voltou a questionar o Governo, agora do PS, reafirmando a mesma necessidade de ser "informada, com urgência, se pretende (o governo) tomar algumas medidas que tenham por objectivo responder às legítimas preocupações dos nossos concidadãos". Assim como o outro, o actual Governo do PS também nada disse. ■

## Lutar contra as discriminações

No dia 18 de Junho, em Berna, milhares de manifestantes de nacionalidades diversas ergueram bem alto a sua voz contra as políticas desenvolvidas a partir do Conselho Federal (governo suíço) pelo ministro do interior e da polícia, o senhor Blocher. Com a sua presença os manifestantes reafirmaram as razões desta iniciativa: "Independentemente da nossa origem, do nosso passaporte e do nosso estatuto de residência, todos nós, que vivemos na Suíça, fazemos parte dela, de uma Suíça que vê a sua identidade na busca da democracia, no ideal dos direitos humanos e na diversidade cultural".

Esta jornada foi mais um estímulo para a continuação da luta contra as discriminações de índole xenófoba, como por exemplo, a que está a ser praticada pelas companhias seguradoras que estão a aplicar tarifas, no ramo automóvel, segundo a nacionalidade dos condutores.

Os critérios discriminatórios utilizados pelas seguradoras variam conforme as suas tendências xenófobas utilizando para o efeito as estatísticas sobre o perfil de risco chegando a utilizar 4 grupos tarifários para nacionalidades diferentes: no primeiro grupo, com as tarifas mais baixas, estão os suíços, alemães e austríacos; os portugueses, numas estão no segundo, noutras estão no terceiro grupo; no último grupo encontram-se, entre outros, os originários dos países africanos e da Europa do Leste.

### Eis um exemplo desta medida xenófoba

Um jovem automobilista de 24 anos, proprietário de um Opel Corsa 1.6, que faz 10 mil km/ano, paga a seguinte tarifa (francos suíços):

| Seguradora      | Nacionalidade |            |        |
|-----------------|---------------|------------|--------|
|                 | suíça         | portuguesa | sérvia |
| Zurich          | 754.40        | + 21%      | + 77%  |
| Coop            | 845.90        | + 25%      | + 25%  |
| TCS             | 825.40        | + 28%      | + 52%  |
| Helvetia-Patria | 940.60        | + 20%      | + 100% |

Esta injustiça tem o beneplácito do Departamento Federal dos Seguros Privados (OFAP), que considera que ser estrangeiro faz parte dos grupos de risco tendo em conta as famigeradas estatísticas.

Ficam aqui no entanto algumas perguntas: Quais são as diferenças entre um condutor suíço, italiano ou português? Entre um condutor suíço de 40 anos e há 20 com carta de condução e um português na mesma situação e a residir na Suíça há 20 anos? Um suíço de "origem" e um estrangeiro naturalizado suíço? A lista é infinita, mas a resposta é só uma: **discriminação!**

Por este andar é fácil prever a aplicação das tarifas mais bizarras em matéria de seguro automóvel, tais como: se pratica desporto ou não; se tem a barba por fazer ou não; se é gordo ou magro; se é do Benfica ou adepto do Grashoppers de Zurique....

Em boa altura o Sindicato Unia tomou a iniciativa de lançar uma petição contra as seguradoras suíças. Cabe-nos a nós divulgá-la e recolher assinaturas. É fundamental lutar com todas as nossas forças contra estas medidas. Esta petição será a expressão da nossa força e vontade.

Manuel Beja

Membro do PCP na Suíça ■

# "Não basta mudar de instalações... também são precisas pessoas"

Em pleno período de campanha eleitoral, no mês de Fevereiro, o Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas (STCDE) lançou um repeto às várias candidaturas para que estas se pronunciassem sobre a multiplicidade de problemas existentes neste sector que ao longo de anos estão por resolver. O PCP saudando a iniciativa comprometeu-se, nomeadamente em realizar "em data oportuna" uma audição sobre esta problemática. E, como o prometido é devido, esta iniciativa irá realizar-se.

Estivemos, entretanto, à conversa com Jorge Veludo, secretário-geral do STCDE. Para os nossos leitores aqui deixamos o seu depoimento.

**Em Movimento** — *As comunidades portuguesas estão insatisfeitas, os trabalhadores consulares estão insatisfeitos, não nos parece que alguém tenha razões para se sentir satisfeito com a actual rede consular quer seja quanto à cobertura mas também aos serviços prestados: O que é que está mal? É possível identificar as questões que provocam este mal estar?*

**Jorge Veludo** — Do ponto de vista dos trabalhadores e do sindicato, urge negociar as matérias pendentes do Caderno Reivindicativo, nomeadamente em matéria de concursos, actualizações salariais (para o ano corrente e as de anos anteriores em dívida), gestão minimamente eficiente de recursos humanos...

Mas há questões, para além das que afectam os trabalhadores que representamos, que também prejudicam os utilizadores dos serviços e contribuem para dificultar a nossa situação:

— Problemas de gestão, quer nos postos quer a nível central;



— As mexidas na rede, que se têm resumido a encerramentos e a consulados honorários, têm contribuído para piorar o serviço público;

— Os postos de carreira, prometidos ou criados no papel — Manchester, Ticino/Suíça, Córsega —, continuam por abrir;

— A nomeação de Cônsules Honorários (a funcionar em sacristias, firmas de vinhos ou agências de viagens), só legalmente admissíveis a título excepcional (!) está mais que provado que não é solução credível/adequada para servir as comunidades, Vice-Consulados ou Agências Consulares, com pessoal adequado e formado, prestariam um outro serviço público.

**EM** — *Fala-se muito da modernização e das novas tecnologias...*

**JV** — De facto, alguns consulados até tratam de assuntos pelo telefone e

por carta e fala-se da utilização da internet. Mas depois assistimos a situações de exploração, discriminatórias ou de ruptura como sejam as vividas nos consulados de S. Paulo e Londres.

A deficiente gestão/organização dos postos tem sido ainda mais perniciosa que as carências de pessoal. Há consulados fechados ao público (só atendem por marcação) mas abertos a gente estranha aos serviços consulares. A imposição de modelos de gestão sem um diálogo mínimo com os trabalhadores não é a melhor via para incentivar a motivação. Não basta mudar de instalações... também são precisas pessoas. Apesar da informatização ter proporcionado mais máquinas e haver postos com sistema informático razoável, ligado em rede, não existe nos serviços externos um único técnico de informática. São alguns administrativos ou contratados a fazer a gestão/manutenção dessas redes informáticas e, quando há problemas, recorre-se a prestadores de serviço externos ou tem de se aguardar a vinda dos técnicos dos serviços do GIC em Lisboa, — já agora, também quase todos com vínculo precário —, se não se conseguem resolver os problemas pelo telefone.

**EM** — *Sabe-se que em diversos consulados não foram substituídos profissionais que saíram do quadro, nomeadamente porque foram para a reforma. Desde quando não há preenchimento de vagas e qual é hoje o número de contratos a termo certo?*

**JV** — Nos últimos anos têm vindo a sair bastantes trabalhadores mais antigos que, por força do congelamento de admissões conjugado com a não abertura de concursos para acesso a categorias superiores, não têm sido substituí-

dos, quer em número quer nas devidas funções, não havendo qualquer tipo de concursos há quase 6 anos. E a tendência será para aumentarem as saídas no próximo ano, já que muitos trabalhadores atingirão o tempo necessário de descontos para se aposentarem, pelo que temos vindo a manifestar, sem êxito, aos sucessivos ministros dos Negócios Estrangeiros a nossa viva preocupação nesta matéria.

Os técnicos para as áreas social/cultural estão a desaparecer na maior parte dos países de comunidades de emigrantes, já só havendo 3 fora da Europa e devendo aposentar-se 2/3 dos que estão ao serviço na França.

Como não se realizam concursos de admissão (para os quadros) desde há vários anos, tem vindo a assistir-se ao recurso aos chamados "contratados a prazo ou a termo certo (CTC's)", o que é ilegal para satisfazer necessidades permanentes dos serviços, assim como também temos colegas designados como prestadores de serviços ou reformados que se mantêm em funções.

Neste momento existem mais de 70 CTC's, tendo já existido mais de uma centena, muitos deles dispensados há dois anos atrás, mas a contratação precária foi retomada.

Quem estiver interessado em obter informações mais pormenorizadas sobre o STCDE pode visitar a página na Internet em: [www.stcde.pt](http://www.stcde.pt)

Outras formas de contacto:

Sede em Lisboa:

Rua Dr António Martins, 30 - 2.º

1070-094 LISBOA

Telefones: 217237884 - 217279133

Fax: 217275593

e-mail: [stcde@mail.telepac.pt](mailto:stcde@mail.telepac.pt) •

## Espanha Exploração desenfreada

Um dos argumentos que mais tem sido utilizado por aqueles que nos querem convencer das vantagens para os trabalhadores, dos países da União Europeia, da entrada em vigor do tratado da dita constituição europeia, é a Carta dos direitos fundamentais que, como se sabe, não passa de um anexo ao Tratado.

Este instrumento é apresentado como o paradigma dos direitos sociais, só que a realidade é bem diferente. A Carta é bem mais restritiva desses mesmos direitos do que aquilo que nos querem fazer crer. Desde logo, porque representa um retrocesso relativamente a direitos sociais, tais como: direito ao trabalho, direito ao salário, direito a uma pensão de reforma, direito ao subsídio de desemprego, direito a cuidados de saúde. Direitos estes consagrados em diversas

constituições nacionais, como por exemplo, Portugal, França e Itália, mas que não estão garantidos na constituição europeia que nos querem impor. E não será por acaso que não é feita nenhuma referência à Declaração Universal dos Direitos do Homem que, esta sim, reconhece estes direitos sociais colectivos.

Aliás, já nos dias de hoje assistimos — com o beneplácito dos governos nacionais — às tentativas de empresas de contornar direitos sociais adquiridos, contratando trabalhadores, para diversos ramos de actividade e países, em condições de grande precariedade, recorrendo a vários expedientes como sejam: a subcontratação ou, mesmo, a contratação individual.

No que diz respeito aos trabalhadores portugueses, exemplos não faltam. O exemplo mais recente diz res-

peito à deslocalização para obras em Espanha de trabalhadores portugueses a receberem salários muito inferiores aos dos nacionais. Esta acusação foi feita pelo Sindicato da Construção do Norte que, em colaboração com sindicatos espanhóis, tem vindo a denunciar os empreiteiros espanhóis, que recorrendo a sub-empregados nacionais, conseguem reduzir os custos salariais em mais de 35%. As estruturas sindicais calculam que estejam nesta situação cerca de 8 mil portugueses.

A situação dos trabalhadores portugueses em Espanha foi também alvo de um requerimento apresentado pela deputada comunista Luísa Mesquita que denuncia a exploração desenfreada a que estão sujeitos estes trabalhadores. •

## No PE contra a discriminação

Na sequência das várias denúncias, sobre a discriminação de que são vítimas emigrantes portugueses na União Europeia, a deputada do PCP no Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, questionou há tempos a Comissão Europeia sobre os casos de trabalhadores portugueses "tratados como escravos na plantação de tabaco em Cáceres, de girassóis em Cuenca, de tomates em Badajoz, de morangos em Huelva e de melão em Lleida", acrescentando ainda "a exploração de crianças na apanha da azeitona em Javem ou na de tomate na Extremadura".

A deputada comunista denuncia também a discriminação, com base na nacionalidade, praticada nas plataformas do Mar do Norte pelas empresas Noble e Mobilite Drilling Unit.

Todas estas questões foram colocadas à Comissão do Sr.º Barroso que, provavelmente pelos muitos afazeres que tem, ainda não respondeu. •

## CARTAS DE LONGE



De Sónia Melo, residente na Áustria, recebemos uma comunicação manifestando o seu profundo desagrado pelo facto de não poder inscrever-se nos cadernos eleitorais. Domingos Guedes dos Santos escreveu-nos a manifestar a sua revolta contra o encerramento da linha férrea entre Vigo e Porto. Estes assuntos foram encaminhados para os deputados do PCP na AR e no PE. Deles voltaremos a falar numa próxima edição.

### Áustria: impedida de se recensear

“É uma situação inadmissível que ocorre neste país. Há cerca de duas semanas fui a Viena inscrever-me na Embaixada e pedi, também, para ser inscrita nos cadernos eleitorais, uma vez que quero exercer o meu direito de voto, mesmo estando no estrangeiro. Gelei com a resposta do res-

ponsável que me atendeu: não é possível inscrever-me porque não existe posto de recenseamento na Embaixada de Portugal na Áustria. Ele próprio confessou ser errado e inadmissível, mas afirmou nada poder fazer.

Ao que parece terá havido uma secção consular na Embaixada mas esta encerrou há cerca de dois anos.

Esta situação é, para mim, inadmissível, mas confesso não saber o que fazer. Não posso admitir que “não me deixem votar” quando é um direito, mas não me parece normal que em Fevereiro último tenham votado 76 portugueses e que dois meses depois me informem que não existe uma secção consular????

Aliás, pergunto: caso um daqueles eleitores tenha mudado de residência e queira alterar a sua inscrição eleitoral como é que o faz?

### Protesto contra encerramento da linha Porto-Vigo

“Escrevo-vos desde a emigração, desde Santiago de Compostela, Galiza.

Sou do Porto mas, como muitos milhares de portugueses, tive que emigrar. Há já dois anos que a Ga-

liza me acolheu.

Sou licenciado em Geografia, e já me especializei com uma pós-graduação em Planeamento e Desenvolvimento Local, algo nada querido no nosso país.

Pois bem, escrevo-vos para denunciar algo dantesco! A CP anunciou o encerramento do serviço de passageiros PORTO-VIGO, a funcionar desde 1913, por questões de lucros e prejuízos.

A verdade é que há dois anos que utilizo este serviço. E a verdade é que desde a primeira viagem o serviço se vem degradando, primeiro com a supressão de um dos três comboios diários, quer com a diminuição do conforto... enfim, para decidir ir ao Porto é necessária coragem. Como eu, muitos e muitos dos quase mil portugueses residentes na zona de Santiago utilizamos este serviço. E muitos turistas. E muitos galegos. Há que melhorar o serviço, sim, empregando comboios mais confortáveis, quiçá aumentando o número de circulações diárias, mas nunca suprimi-lo!

Aqui pela Galiza as pessoas já se mostraram desagradadas com a ideia. Para os milhares de portugueses que tivemos que atravessar o Minho para VIVER, é um pesadelo.

Desta forma, peço ao grupo de deputados do PCP no Parlamento Europeu para investigarem bem esta “história”... e que, por favor, não deixem a CP fazer e desfazer sem que ninguém se oponha.”

## Comunidade portuguesa no Brasil

Os vários problemas com que têm sido confrontados os portugueses residentes no Brasil levaram o grupo parlamentar do PCP a dirigir vários pedidos de esclarecimento ao Governo português.

■ Ainda em Abril, Bernardino Soares, presidente do grupo parlamentar comunista, questionou o Governo sobre o facto de cidadãos portugueses que trabalharam no Brasil estarem a ser afectados pelo incumprimento de acordos bilaterais por parte daquele país. Com efeito, há direitos que não estão a ser garantidos em matéria de segurança social. Situação grave se atendermos a que estão em causa direitos de trabalhadores que durante anos efectuaram as suas contribuições para a segurança social brasileira e que, agora regressados a Portugal “Vêm frustradas as suas justas expectativas de obtenção das respectivas pensões”.

■ A deputada Luísa Mesquita questionou o Governo sobre as dificuldades que contrariam a lei quando de pedido de aquisição da nacionalidade por parte de filhos de emigrantes portugueses. A deputada comunista relata a penível aventura que um cidadão nascido no Brasil, filho de pai português e mãe com dupla nacionalidade, que iniciou no consulado de S. Paulo no dia 10 de Agosto de 2004 que iniciou o processo de aquisição de nacionalidade e que neste período viu devolvido o processo pela 4.ª vez.

■ O Tribunal Superior do Trabalho do Brasil considera a embaixada portuguesa em Brasília “como campeã nas condenações laborais do seu corpo diplomático”. Ao que se sabe serão 74 as acções judiciais contra a embaixada portuguesa nomeadamente devido ao não pagamento: do 13.º mês, de horas extraordinárias, de subsídio de férias, de contribuições ao Estado brasileiro. Esta foi também uma matéria com a qual a deputada Luísa Mesquita questionou o Governo nos finais de Abril.

■ Cidadãos portugueses residentes no Brasil contactaram o grupo parlamentar do PCP para manifestar a sua indignação pelo facto da empresa “Sky” ter retirado a RTPi do serviço de televisão via satélite, substituindo-a pela SIC, operador privado. Ao que tudo indica esta decisão ocorreu sem que o Governo português tivesse mexido um dedo em defesa da manutenção do canal público. Esta situação foi também tema de um requerimento desta vez assinado pelos deputados António Filipe e Luísa Mesquita.

Todas estas situações têm para já dois elementos em comum. O país, o Brasil. A outra é que até à data em que escrevemos o Governo não se dignou responder a uma única questão. ■

### O NOSSO MAIS

“A comunidade portuguesa é, sem dúvida, uma peça significativa na nossa tapeçaria cultural no Ontário” (Lusa - 2/6/2005).

Independentemente da figura de estilo, saudamos o reconhecimento da importância que é atribuída à comunidade portuguesa por Howard Hampton, dirigente do New Democratic Party naquela província canadiana.

### O NOSSO MENOS

“Receio que a Europa fique mais frágil se insistir no referendo” porque “não atrás de não, fragiliza a Europa” (Lusa - 3/6/2005).

Foi desta maneira que Cavaco Silva, candidato, não assumido, ao mais alto cargo da Nação, reagiu aos NÃO sucessivos dos povos francês e holandês. Ainda o vamos ver a defender a implantação da monarquia para que não tenha que se sujeitar ao veredicto do povo que, na sua douda opinião, não sabe o que é bom para o país. Aliás, para a Europa. ■

## Estados Unidos Leis para legitimar a repressão

Os políticos de direita e os grupos racistas criaram a falsa ideia de que os imigrantes são culpados de tudo, desde o tráfico de droga e o terrorismo até à falta de emprego dos trabalhadores nacionais. Introduziram também uma série de novas leis repressivas com o intuito de afastar os imigrantes dos EUA, ou repatriar os que já se encontram em território norte-americano. Uma das áreas mais importantes que tem sido visada é a das licenças de condução. Na maior parte dos EUA, existe um sistema tão débil de transportes públicos que o automóvel particular se torna pra-

ticamente indispensável para as deslocações até ao trabalho.

No ano passado ainda era possível aos imigrantes obterem, em 11 estados, a carta de condução mesmo sem estarem legalizados. Este direito tem sido alvo de um ataque cerrado na Califórnia e em Nova Iorque, os dois estados que concentram maior população imigrante. Mas os imigrantes reagiram. A 5 de Março último, no mais internacional bairro de Nova Iorque, o Queens, milhares de imigrantes marcharam exigindo a manutenção daquele direito.

Uma carta manuscrita dizendo “a permissão de conduzir é um direito civil e um direito dos trabalhadores imigrantes” expressou a sua mensagem. Duas semanas antes, um juiz do Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque ordenou a suspensão temporária da medida. Cânticos em castelhano, coreano, bengalês, urdu, hindu e cantonês, entre outras línguas, passaram a protestos para tentar garantir que a suspensão judicial se tome permanente. Agora, o direito a conduzir está a ser atacado por uma lei federal (governo nacional), integrada no pacote de financiamento adicional

de 82 mil milhões de dólares destinados às guerras no Iraque e no Afeganistão. A lei chama-se “The Real ID Act”, ou lista das licenças de condução, para entrar em vigor em 2008. Na prática trata-se de um cartão nacional de identidade que regista numa base de dados todos os cidadãos que pretendem obter autorização para conduzir.

O resultado será os imigrantes ilegais passarem a conduzir sem licença. Caso sejam apanhados, serão imediatamente deportados.

in “Avante!” de 2/6/2005 ■

# Diferenças sociais e regionais

## Um produto do capitalismo

Portugal é, importa salientar para que ninguém se esqueça, um dos países da União Europeia com maiores diferenças sociais. A maior assimetria, e a mais determinante, é aquela que resulta da distribuição da riqueza produzida pelo factor capital e pelo trabalho, cabendo a este último uma percentagem inferior a 50%.

A frieza deste número pode esconder, no entanto, a sua dimensão social se não o correlacionarmos com o número de assalariados e se tal universo não for correlacionado, igualmente, com os beneficiários do capital.

A este propósito nada melhor do que socorrermos dos resultados dos Censos de 2001 que procuraram responder à seguinte questão:

- Qual o principal meio de vida da população residente, em Portugal, com 15 anos ou mais?

A resposta, em função dos inquéritos levados a cabo, está contemplada no Quadro I.

Como se vê, a um universo de Quadro I

| Ord | Natureza do meio de vida                                 | Pessoas abrangidas | %     |
|-----|--|--------------------|-------|
| 1   | Trabalho   | 4.579.640          | 52,64 |
| 2   | Pensões/Reformas   | 2.074.443          | 23,85 |
| 3   | A cargo da família                                       | 1.536.075          | 17,66 |
| 4   | Subsídio de desemprego                                   | 190.463            | 2,19  |
| 5   | Rendimentos de propriedade e da empresa                  | 55.328             | 0,64  |
| 6   | Rendimento mínimo garantido                              | 46.357             | 0,53  |
| 7   | Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional | 36.779             | 0,42  |
| 8   | Apoio social   | 25.631             | 0,29  |
| 9   | Outros subsídios temporários                             | 19.851             | 0,23  |
| 10  | Outra situação   | 134.948            | 1,55  |
|     | <b>Total</b>   | <b>8.699.515</b>   |       |

4.579.640 pessoas que declararam ter, como principal meio de vida, o trabalho, corresponde 55.328 pessoas que declararam ter como principal meio de vida os rendimentos de propriedade e da empresa, ou seja, uma relação de 1 para 83!

Em nome do rigor importa, no entanto, recordar que no conjunto daqueles que declararam viver em função do seu salário há cerca de 900.000 que não são, de facto, trabalhadores por conta de outrem o que significa que alguns deles retiram das empresas onde detêm responsabilidades uma parcela monetária sob a forma de salário quando, de facto, devia constituir uma parte do lucro. Haverá, igualmente, quem declare que o seu principal meio de vida é o

salário e que, adicionalmente, possa receber rendimentos provenientes de investimentos em acções e negócios similares.

Descontando tais situações, que não alteram o sentido geral, o que os Censos de 2001 evidenciam é um universo numeroso dos que vivem, na maior parte dos casos, com baixos salários, em contraponto a uma minoria a quem cabe a fatia maior daquilo que o trabalho produz.

Mercê de tudo isto não é de estranhar que Portugal apresente grandes assimetrias sociais.

De acordo com o Eurostat, em 2001, a relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 6,5, em Portugal, enquanto na Dinamarca e na Suécia era, de 3 e 3,4, respectivamente.

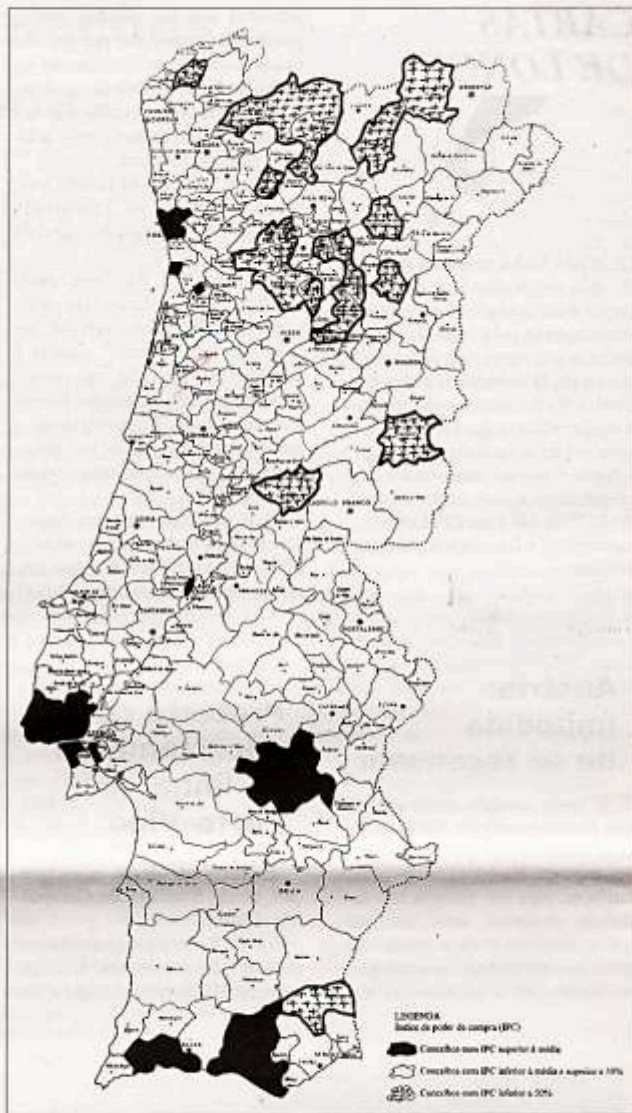
Decorrente da má distribuição da riqueza produzida resulta:

- por um lado, uma elevadíssima concentração de capital em meia dúzia de famílias. Recorde-se, a este propósito, que as 10 famílias mais ricas têm um património calculado em cerca de 7.260 milhões de euros, indo dos 1.122 milhões de Belmiro de Azevedo aos

504 milhões da família Alves Ribeiro; - por outro lado, a existência, em Portugal, de cerca de 2.300.000 de pessoas a viverem no limiar da pobreza, afectando os trabalhadores com baixos salários, os reformados com baixas reformas e os próprios jovens e crianças, cerca de 320.000, segundo um relatório da Unicef.

É a própria Unicef que calcula haver, em Portugal, cerca de 200.000 pessoas a viverem com menos de um dólar por dia (in Situação Mundial da Infância 2005, página 132).

Esta caracterização, tão agregada que está, não obstante o dramatismo dos números, não é suficientemente rigorosa no sentido de transmitir o drama quotidiano da falta de meios, da exclu-



são social e daquilo que é a perpetuação do sistema capitalista, sabendo-se, como se sabe, que: **o filho do rico herda as vantagens da riqueza, enquanto o filho do pobre herda as desvantagens da pobreza.**

### Uma outra vertente da pobreza: as assimetrias regionais

Paralelamente às assimetrias atrás referidas decorre uma outra, esta com base territorial (conforme é visível no mapa acima reproduzido).

O espaço do nosso país é um espaço socialmente assimétrico com desníveis de poder de compra, na ordem de seis vezes, se compararmos os dois extre-

mos: Lisboa (com o maior índice de poder de compra - 277,93) e Celorico de Basto (com o menor índice de poder de compra - 41,77).

O estudo elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística sobre o poder de compra concelhio, reportado a 2004, na base de 20 variáveis, é um libelo contra as políticas dos vários governos (PS, PSD e CDS-PP) que, no endeusamento do livre funcionamento das leis de mercado, nada fazem para que o capitalismo, na ânsia da reprodução do capital e da sua acumulação, deixe de privilegiar, predominantemente, as zonas macrocéfalas do país e ignore a maior parte do espaço nacional, em nome, obviamente, do sacrossanto lucro!

Estas opções, de natureza económica e política, têm um preço e o preço é o que consta do Quadro II, na base do poder de compra, tendo como média, para o país, o índice 100.

Este quadro evidencia que apenas 27

Quadro II

| Índice de poder de compra      | N.º de Concelhos | %     |
|--------------------------------|------------------|-------|
| Superior a 100                 | 27               | 8,8%  |
| Superior a 75 e inferior a 100 | 66               | 21,4% |
| Superior a 50 e inferior a 75  | 186              | 60,4% |
| Inferior a 50                  | 29               | 9,4%  |

concelhos têm um índice de poder de compra superior à média do país, cuja localização é a seguinte:

- Grande Lisboa: 7 concelhos  
- Algarve: 6 concelhos

Este quadro evidencia que apenas 27

concelhos têm um índice de poder de compra superior à média do país, cuja localização é a seguinte:

- Grande Porto: 4 concelhos
- Península de Setúbal: 3 concelhos
- Região Autónoma da Madeira: 2 concelhos
- Concelhos dispersos: Évora, Entroncamento, Coimbra, Aveiro e São João da Madeira

A maior parte dos concelhos (60%) têm um índice de poder de compra entre os 75 e os 50%. Trata-se de 186 concelhos que ocupam a maior parte do território nacional, de tal forma que é possível ligar o norte e o sul do país atravessando unicamente as regiões com os índices atrás referidos.

A situação mais gravosa refere-se, naturalmente aos concelhos mais pobres, cujos índices de poder de compra estão abaixo do índice 50.

Que concelhos são esses?

São, sobretudo, concelhos localizados no norte do país referidos no Quadro III.

Quadro III

| Região              | Concelhos   | População | Nº |
|---------------------|---|-----------|----|
| Tâmega              | Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Resende, Ribeira de Pena           | 82.407    | 5  |
| Madeira             | Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Santana                                | 51.543    | 3  |
| Alto Trás-os-Montes | Boticas, Montalegre, Valpaços, Vinhais                                | 49.337    | 4  |
| Açores              | Nordeste, Ribeira Grande, Vila F. do Campo                            | 44.903    | 3  |
| Dão-Lafões          | Aguiar da Beira, Castro Daire, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva | 38.397    | 4  |
| Douro               | Armamar, Carraceda de Ansiães, Sernancelhe, Tabuaço                   | 28.146    | 4  |

Acresce à concentração atrás referida seis outros concelhos: Paredes de Coura, Terras de Bouro, Meda, Penamacor, Oleiros e Alcoutim.

Estes 29 concelhos representam cerca de 336.000 habitantes, universo que devia constituir uma prioridade da acção governativa por via de um desígnio nacional bem mais consequente do que aquele foi o fogo-fátuo do Euro 2004 e da Expo. 98.

Conferir a estes concelhos um conjunto de acções tendentes a melhorar as condições de vida e de trabalho dos que aí residem devia ser, pois, um imperativo do Estado, tendo como horizonte a coesão nacional.

Para tanto importava que fosse potenciado o aparelho produtivo aí existente, consolidando os postos de trabalho e fomentando outras áreas produtivas na

convicção de que os investimentos não podem, apenas, ser canalizados para as grandes superfícies, para as auto-estradas, para a betanização do país e para a especulação financeira. Em Portugal há um défice na área da produção, sobretudo nas áreas estratégicas, da energia, da água e da alimentação, onde muitos dos concelhos atrás referidos podiam contribuir para atenuar a referida dependência relativamente àquilo que temos de comprar ao estrangeiro.

### A coesão nacional deve ser uma obrigação do Estado

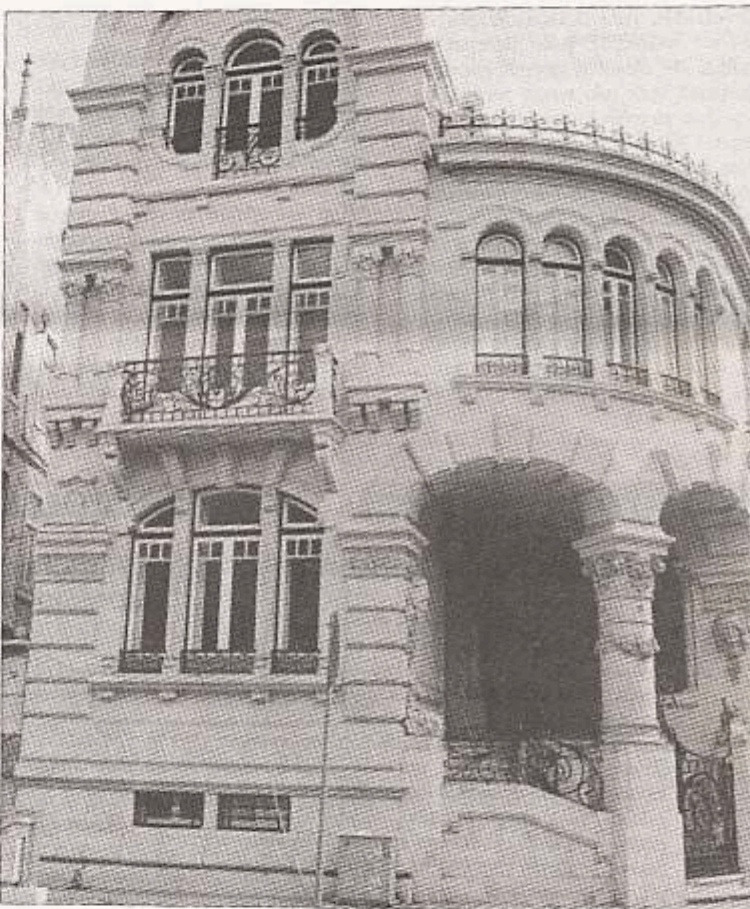
A coesão nacional não passa, apenas, pela racionalização do aparelho produtivo, do nível salarial (factor decisivamente importante), do valor das prestações sociais (pensões, abono de família, subsídios de doença e desemprego, entre outros), passa, também, pela exis-

tência de estruturas que façam cumprir os direitos constitucionais e o direito de cidadania na área da educação, da saúde, da cultura, habitação e do meio ambiente.

E, neste domínio, o que acontece, na maior parte dos concelhos atrás referidos, é altamente preocupante, fruto do sistema predador que sujeita as pessoas à economia de mercado, em vez de sujeitar a economia às pessoas. Enquanto este binómio não for resolvido a favor da componente humana, as assimetrias sociais, estão para ficar. E para que não fiquem há que as combater.

É para isso que o PCP luta e é para isso que o PCP exorta todos os cidadãos, quer residam em Portugal, quer façam parte da diáspora.

Anselmo Dias •



O Grupo de Trabalho do PCP para a Imigração e Minorias Étnicas divulgou, no dia 25 de Maio, um comunicado no quadro da comemoração do Dia de África, que ocorreu neste mesmo dia.

## Combater a discriminação, lutar pela integração

Por ocasião da data em que se comemora o Dia de África (25 de Maio), o PCP saudou fraternalmente os imigrantes originários dos países africanos e a todos manifesta a sua firme solidariedade na luta comum pela igualdade de direitos entre todos os trabalhadores, por justas e legais condições de trabalho, pelo acesso à saúde, à segurança social e ao ensino dos filhos.

O PCP não pode deixar de reafirmar a sua condenação a manifestações racistas e xenófobas, algumas das quais de cariz neo-nazi, como as que notícias recentes deram conta, e a sua exigência para que tais actos de regressão civilizacional e anticonstitucionais tenham das autoridades respectivas acção eficaz.

O PCP reafirma também a sua crítica à múltipla legislação nacional, produzida pelos sucessivos governos, que enformando de visões securitárias e no seguimento de decisões tomadas ao nível da União Europeia, só contribuem para a manutenção da ilegalidade, da sobreexploração, dificultam o reagrupamento familiar, impulsionam dinâmicas de guetização.

O PCP chama à atenção para a necessidade não só de serem produzidas alterações a leis existentes, e por isso apresentou na Assembleia da República iniciativas com esse objectivo, nomeadamente um projecto de alteração da Lei da Nacionalidade, bem como a adopção de medidas visando dar resposta a milhares de situações existentes de dificuldades a nível social que, qualquer volta pela periferia das grandes cidades põe em evidência. Falamos de muitos jovens, de muitas famílias, nascidas em Portugal.

O PCP, nesta data que assinala o Dia de África, saudando os imigrantes, saudou igualmente os seus países e povos e expressa a confiança em que por mais difíceis que se apresentem as condições de luta pela emancipação dos trabalhadores, em Portugal como em África, a luta contra a exploração e pelo desenvolvimento, pela paz, impor-se-á. •

# Voto presencial democracia reforçada!

Depois de todos os fracassos em termos de participação eleitoral, ligados em boa parte ao voto por correspondência na emigração (um voto completamente obsoleto e caduco), torna-se premente continuar a insistir na possibilidade de o voto ser presencial a bem de uma democracia mais forte porque mais representativa, dentro e fora de Portugal.

Eleição após eleição, está mais que provado que o voto por correspondência não serve os interesses da democracia e dos portugueses.

Pelos números da abstenção crescente, pelo universo eleitoral em definhamento, pelos milhares de cartas devolvidas, pela desatualização de muitos endereços, pelas dezenas de milhar de eleitores com a inscrição suspensa (por não terem participado em duas eleições consecutivas), pelos muitos votos que chegam atrasados, fora da data do escrutínio, pelos muitos votos nulos, pelo recenseamento deficiente, por todas estas razões juntas e em separado, é necessário reafirmar que o voto por correspondência nos círculos da emigração portuguesa, tanto na Europa como no resto do mundo, está longe de garantir a verdade do voto, a legitimidade democrática, a transparência e a participação dos

nossos compatriotas.

O PCP desde há muito, assim como a CDU em períodos eleitorais, vêm alertando para a necessidade de se melhorar este sistema de voto no sentido de reforçar a democracia portuguesa garantindo uma mais ampla participação dos nossos compatriotas nos actos cívico-políticos que representam as eleições.

Para pôr fim às anomalias inventariadas mais acima, o PCP propõe que o voto presencial substitua inequivocamente o condenado voto por correspondência que não serve.

Para tornar o voto presencial verdadeiramente operacional, há vários caminhos.

Um deles é o voto electrónico presencial, que exclui o voto electrónico pela Internet por este não assegurar uma participação universal dos portugueses emigrantes nem garantir o sigilo do voto.

Em seguida, é preciso conseguir uma descentralização das mesas de voto em locais acordados pelos representantes das diversas forças políticas concorrentes.

A lei para as eleições presidenciais (PR) já contempla o desdobramento de mesas e isto tornou-se ainda mais

fácil com a possibilidade de desdobrar os cadernos eleitorais já informatizados pelo STAPE, podendo este fornecer tais cadernos por localidade... e até por rua, se for necessário.

Assim, os responsáveis de postos diplomáticos (embaixadas e consulados) já não podem doravante continuar a negar o desdobramento de mesas, argumentando com a impossibilidade do desdobramento dos cadernos eleitorais. E não se justifica que, tal como aconteceu em eleições para a Presidência da República, uma mesa de voto ficasse durante três dias a funcionar para um universo de dez inscritos.

O PCP está a favor do voto presencial electrónico e defende a descentralização das mesas de voto com cadernos eleitorais informatizados e localmente descentralizados.

Voto presencial, sim! Voto electrónico presencial, ainda melhor! E voto descentralizado por mesas com cadernos eleitorais informatizados e descentralizados, tanto melhor! Tudo para que a democracia saia reforçada, se tome mais participação, mais verdadeira e mais viva!

**Luciano Caetano da Rosa**  
Membro do Organismo de Direcção  
do PCP na Alemanha ■

## 175.000.000

São cerca de 175 milhões de pessoas que vivem fora do país onde nasceram. Este número representa 3% da população mundial, que na sua maioria vive nos países economicamente mais desenvolvidos. O continente Europeu vai à frente com 56 milhões de emigrantes, seguem-se-lhe a Ásia com 50 milhões e a América do Norte com 41 milhões.

Quanto a países, os EUA têm 35 milhões de emigrantes, a Rússia 13,3 milhões, a Alemanha e a Ucrânia 7,3 milhões cada, a França 6,9 milhões e a Índia 6,3 milhões.

Estes movimentos migratórios reflectem situações díspares e, por detrás da frieza dos números, encontramos realidades humanas dramáticas. Um dos exemplos mais significativos será sem dúvida os mais de 4 milhões de refugiados palestinianos espalhados pelo mundo a quem é negado o direito a ter um Estado.

É um facto que os movimentos migratórios são inseparáveis da história da humanidade e que nos seus primórdios estão relacionados com as guerras de conquista e povoamento de vastas regiões do nosso planeta. Recuando mil anos, verificamos que não existiam alemães na região de Berlim, que na altura fazia parte dos territórios ocupados pelos Eslavos, assim como não existiam russos na região de Moscovo e reinavam os árabes na península ibérica.

Mas regressando ao nosso tempo, podemos afirmar que as migrações fazem parte do processo de desenvolvimento do capitalismo nas suas diversas fases. Assim, foi no final da Segunda Guerra Mundial que diversos países recorreram a fortes contingentes de trabalhadores estrangeiros para a sua reconstrução. A escassez de mão-de-obra foi uma razão mas a verdade é que permitiu sobretudo a acumulação de riqueza através da exploração dos imigrantes.

Aliás, nos anos 70, a ONU fez estimativas sobre os custos que representava para cada país um cidadão que entrava na vida activa como trabalhador indiferenciado, desde o seu nascimento até à idade de 18 anos, concluindo que equivalia a 12 mil contos (valores da época). É fácil calcular o que representou e continua a representar para a economia dos países o recurso à mão-de-obra imigrante.

Um recente relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) denunciava a existência de 12 milhões de pessoas que são vítimas de tráfico de seres humanos ou de trabalhos forçados. Na apresentação deste estudo, Juan Somavia (secretário-geral da OIT) afirmou que "este é um mal social que não tem cabimento no mundo de hoje", acrescentando ainda que "o trabalho forçado representa o lado negro da globalização, negando às pessoas os seus direitos básicos e a sua dignidade".

No entanto, este é um bom exemplo do sistema que predomina no nosso mundo, o sistema capitalista, que fomenta desigualdades e alarga o fosso entre a riqueza e a pobreza, deixando milhões de seres humanos longe da satisfação das suas necessidades básicas e empurrando-os para a emigração em condições cada vez mais desumanas.

**João Armando**  
Membro da DOE ■

## FOI NOTÍCIA

### Uma campanha anticomunista

O PCP não poderia deixar de assinalar o fim da II Guerra Mundial (1939-1945), a derrota do nazifascismo em 8 de Maio, de comemorar a vitória das Forças Democráticas e Antifascistas e de realçar o papel extraordinária do povo da então União Soviética que esteve na primeira linha de combate, sendo Staline na época o responsável máximo do Estado. Fomos apelidados de "estalinistas". Num esforço, pelo menos estranho, de alguns analistas políticos, que se esforçaram em comparar Hitler a Staline, tentando com esta manobra - não podemos utilizar outra palavra - manchar esse monstro que foi Adolf Hitler, produto dos grandes grupos financeiros como os Rostchild, os Rockefeller ou os Rothweiller, alemães ou não, que produziram a mais terrível guerra de todos os tempos. É bom lembrar que foi a Alemanha quem começou a guerra, com a invasão da Polónia em Setembro de 1939. É bom lembrar que o primeiro campo de concentração nazi foi criado em Dachau (Munique - Alemanha) em 1933 e que acolheu, inicialmente, 2 mil presos políticos, na sua maioria militantes comunistas. É fundamental lembrar que as forças imperialistas levaram a Alemanha a invadir a União Soviética e foi nessa invasão que começou o início da derrota do nazi fascismo, quando em Janeiro de 1943 os soviéticos romperam o cerco de Leninegrado. O desembarque na Normandia pelas tropas aliadas - que tem dado origem a tantos filmes norte-americanos - só viria a acontecer em Junho de 1944. Em 2 de Maio de 1945 o exército soviético toma conta de Berlim, e a Alemanha capitula poucos dias depois. Esta é a verdade histórica. ■

## ...NÃO FOI NOTÍCIA

### República do Chile condecora presidente da Câmara de Almada

Maria Emília Neto de Sousa foi condecorada, no dia 19 de Maio de 2005, pela República do Chile, com o grau de Comendadora da Ordem de Mérito Docente e Cultura Gabriela Mistral. A Presidente da Câmara Municipal de Almada recebeu a insígnia das mãos do Embaixador do Chile, Manuel José Matta, em representação, de Ricardo Largos, Presidente daquele país da América do Sul. O galardão foi instituído em nome de Gabriela Mistral, uma mulher chilena de origens humildes do princípio do século XX que viria, por força de vontade, a ser professora e dinamizadora cultural e, mais tarde, diplomata, tendo sido Embaixadora em Portugal durante 4 anos. A condecoração é atribuída pelo Presidente chileno, por proposta do Governo, a personalidades chilenas e estrangeiras que se distinguem no apoio e incremento da Educação e Cultura. Justificando a distinção, o Embaixador Manuel José Matta, referiu que Maria Emília Neto de Sousa foi reconhecida pelo Governo do Chile pelo seu empenho no apoio ao desenvolvimento educativo e cultural do Concelho de Almada e no estabelecimento de relações de amizade com a República do Chile, promovendo a divulgação da Obra de Pablo Neruda. A Presidente da Câmara de Almada, ao agradecer a distinção, perante uma plateia de convidados de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, das Associações de Solidariedade Social e das Colectividades, não deixou de referir que era membro do PCP, que tinha sido eleito nas listas da CDU e que o trabalho realizado era obra de um grande colectivo concelhio, que sempre contou com uma participação viva dos cidadãos de Almada na definição e concretização das políticas municipais. É esta - frisou - a democracia participativa que defendemos para a resolução dos nossos problemas. ■

## OS NOSSOS LIVROS

### A VERDADE E O SONHO

de José Corceiro Mendes

#### O autor

José Corceiro Mendes nasceu em Fois (concelho de Sabugal, distrito da Guarda) a 20.2.1927. Ai fez a instrução primária. Foi aprendiz de marçano em Vilar Maior. Emigrou com a família para Angola, em Setembro de 1939, tendo regressado no fim da II Guerra Mundial. Fez o Liceu e a Escola do Magistério Primário na Guarda. Exerceu o professorado em Fois, Sabugal e Covilhã, onde tirou o curso de debuxador, na Escola Industrial Campos Melo, profissão que exerceu durante 8 anos. Ainda nesta cidade, fundou a Livraria CCC, mais tarde extinta. Em 1971, emigrou com a família para a Alemanha, onde permaneceu durante doze anos como assistente social para portugueses. Ali, foi co-fundador dos jornais "A Batalha" e "Horizonte". Além das actividades profissionais, foi presidente da Liga Operá-

ria Católica (LOC), na diocese da Guarda. Foi co-fundador do Centro de Cultura Operária, presidente da Conferência de São Vicente de Paula, catequista e responsável dos Cursos de Cristandade. Foi presidente da direcção da Associação de Reencontro dos Emigrantes (ARE).

É membro do PCP e foi por diversas vezes candidato às eleições para a Assembleia da República pelo círculo da Europa.

#### A obra

José Corceiro Mendes é um poeta de garra. "Cirros da Terra Fria", o seu primeiro livro publicado, é disso o testemunho mais eloquente. "A Verdade e o Sonho", mais do que uma obra emblemática em prosa literária, é um sonho poético denunciante da verdade social, utópica com que é legítimo sonhar se



formas "Arautos da Paz", cada um no seu lugar, com a sua crença, com o seu partido, com a sua vontade, com a sua força. Pelo livro perpassa um pouco de tudo. Digamos uma palavra sobre cada uma das suas quatro partes: narrativas são páginas singelas e encantadoras cuja leitura poderá ser, para quem se sinta abrumado pela angústia da sua rotina diária, um lenitivo das horas amargas da vida; instantâneos são pequenas cróni-

quetas do dia a dia de um homem que é observador nato das coisas e das pessoas, e em que nos exara retratos exactos da gente que todos conhecem; quanto às notas sociais e políticas, elas, além de testemunhos inequívocos da sua luta pelos pobres e necessitados, são também páginas repletas de qualidades literárias como a concisão e a vernaculidade, que hoje escasseiam tanto; literariamente, as parábolas são, talvez, as páginas do livro mais bem conseguidas; veja-se o exemplo: "Os seus olhos de esperança revestiram-se de uma cor indefinida, insegura como a tristeza. As lágrimas caíam na solidão ('A Criança')". José Corceiro Mendes é um poeta porque é um sonhador de novos mundos e de uma nova humanidade.

in Bernardino Henriques  
 Pós-fácio à obra de José Corceiro Mendes. ●

## OS NOSSOS FILMES

### Emigração

- 25 de Abril sempre!

Documentário em DVD, este pequeno filme relata a odisseia dos portugueses pelos quatro caminhos do Mundo: as razões da sua saída, o início duma nova vida noutra país, o regresso após o 25 de Abril e, depois, de novo a partida com o início da contra revolução e da destruição das conquistas de Abril. Em entrevista, várias camaradas contam como foram as suas vidas nos diversos países em que se encontravam naquela data histórica: a organização da Resistência à ditadura fascista e, após a Revolução dos Cravos, o regresso a Portugal e as lutas pelo 25 de Abril sempre! A diáspora portuguesa continua e o PCP que, desde 1967, acompanha e organiza os comunistas espalhados pelo Mundo, mantém cada vez mais viva a luta pelos direitos dos trabalhadores portugueses emigrados. ●

### Vamos testar a nossa memória

- 1 - Que denominação tem o movimento da terra à volta do sol?
- 2 - A célula reprodutora masculina chama-se?
- 3 - Como se chama um grupo de ilhas próximas uma das outras?
- 4 - Qual a capital da Confederação Helvética?
- 5 - A mitologia romana tem um Deus do amor, qual o seu nome?
- 6 - Qual o acontecimento mais relevante na história de Portugal?
- 7 - Em Maio de 2005 comemorou-se 60 anos do fim de um pesadelo. Que acontecimento foi esse?
- 8 - A Lapónia é uma região que fica onde?

- 9 - No México existiu um povo que foi aniquilado pela colonização espanhola. Qual foi?
- 10 - Como se chama o arbusto de flores azuis, aromáticas e que dá o nome a um perfume?

#### Respostas:

- 1 - Translação ●
- 2 - Espermatozóide
- 3 - Arquipélago
- 4 - Berna
- 5 - Cupido
- 6 - A Revolução de Abril
- 7 - A derrota do nazi-fascismo
- 8 - Finlândia
- 9 - Asteca
- 10 - Lavanda ou alfazema

### Adivinhas

1. Entre um pato viúvo e um cão coxo existe uma semelhança, qual é ela?
2. Por muito que se procure, quando se perde não mais se acha, o que é?
3. É parte da lua. Poderá encontrá-la no meio da rua, mas sempre de pernas para o ar. O que será?

#### Respostas

1. Falta-lhes uma pata; 2. O tempo; 3. O U

**BASTA  
 SACRIFÍCIOS  
 PARA OS MESMOS!**

**BENESSES PARA  
 OS DO COSTUME!**

**LUTA E RESISTE  
 COM O**  **PCP**

### Vamos por à prova o raciocínio

Trata-se de preencher as casas vazias de forma a conseguir obter sempre o mesmo resultado quando da soma quer seja no sentido horizontal, vertical ou diagonal. Divirta-se.

1 - a soma é 74

|    |    |    |
|----|----|----|
| 14 |    |    |
|    |    |    |
| 15 | 21 | 20 |
|    | 12 |    |

2 - a soma é 102

|    |  |    |    |
|----|--|----|----|
|    |  |    | 33 |
| 29 |  | 24 | 26 |
| 25 |  |    |    |
|    |  |    |    |

#### SOLUÇÕES

|    |    |    |    |
|----|----|----|----|
| 23 | 13 | 12 | 26 |
| 18 | 20 | 21 | 15 |
| 22 | 17 | 16 | 19 |
| 11 | 24 | 25 | 14 |

|    |    |    |    |
|----|----|----|----|
| 21 | 31 | 32 | 18 |
| 22 | 27 | 28 | 25 |
| 26 | 23 | 24 | 29 |
| 33 | 19 | 20 | 30 |



## Avante!

Proletários de todo os países, UNI-VOS.  
Órgão Central do Partido Comunista Português.  
A voz dos trabalhadores.

### Assinaturas:

Europa - 50 números: 115 €  
Fora da Europa: 50 números: 165 €

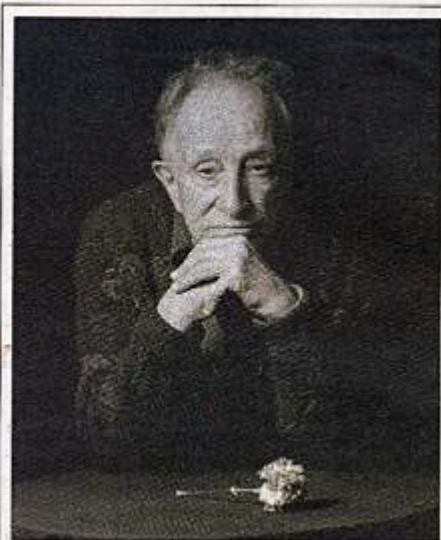


## O militante

Proletários de todo os países, UNI-VOS.  
**PCP - reflexão e prática.**  
O boletim do PCP sobre questões teóricas e práticas do marxismo-leninismo.

### Assinaturas:

Europa - 6 números: 18,20 €  
Fora da Europa: 6 números: 25,70 €



## Faleceu Vasco Gonçalves

O nome, a figura e a acção do General Vasco Gonçalves estão ligados a um período marcante da história do nosso País: o 25 de Abril e o processo revolucionário que lhe sucedeu - um processo que se traduziu em importantes e significativos avanços económicos, políticos, sociais, culturais, civilizacionais, um processo no decorrer do qual se iniciou a construção de uma democracia avançada tendo como referência primeira os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Enquanto militar de Abril e enquanto primeiro-ministro de vários Governos provisórios, o General Vasco Gonçalves foi o fiel intérprete dos ideais de liberdade, de justiça social, de solidariedade, de fraternidade - dos ideais de Abril. •



## Receba em MOVIMENTO

Quer receber em casa o nosso jornal?

Ligue para (351) 21 781 38 00

ou envie o seu nome e morada completa para:

DOE do PCP  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa



Visite a nossa página em:

[www.pcp-emigracao.org](http://www.pcp-emigracao.org)

## Estatuto Editorial

"Em Movimento" é um jornal da responsabilidade da Direcção da Organização na Emigração do Partido Comunista Português.

Longe de procurar ocupar um espaço de opinião e informação preenchido por uma ampla diversidade de órgãos de informação da e para as comunidades portuguesas, "Em Movimento", pelas suas características, assume-se como um jornal que ocupa um espaço próprio no panorama dos órgãos de informação da nossa diáspora.

"Em Movimento" abordará a temática das migrações à qual o seu nome está associado, trará informações e artigos de opinião sobre os movimentos migratórios em Portugal e no plano internacional.

"Em Movimento" privilegiará a problemática da diáspora portuguesa, nomeadamente através da divulgação da actividade das organizações do PCP nas comunidades, assim como da intervenção e iniciativas do PCP no plano institucional.

"Em Movimento" dará ainda tratamento noticioso, sempre que possível, às temáticas relacionadas com a cultura e as artes e letras de e para as comunidades.

"Em Movimento" compromete-se a ser um jornal que toma partido pelas justas lutas e reivindicações dos portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro e estará na primeira linha para denunciar as injustiças.

"Em Movimento" será sempre uma voz em defesa da revolução de Abril, por aquilo que representa enquanto realização da vontade do povo português, afirmação de liberdade, de emancipação social e de independência nacional.

**Um Partido de causas e convicções**

**Um Partido com quem as Comunidades Portuguesas podem contar para a defesa das suas justas aspirações**



**uma força com futuro**